

director António Realinho

VIVER

VIDAS E VEREDAS DA RAIA

publicação trimestral
distribuição gratuita

13 edição

junho . julho . agosto

'09

OS FUNDOS EUROPEUS DE APOIO AO
DESENVOLVIMENTO
RURAL



adraces

Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul

Ano de Eleições



[Adaptação do livro "Os fantasmas não fazem a barba"
ilustrações de Zé d'Almeida, textos de Fernando Paulouro Neves]

VIVER
VIDAS E VEREDAS DA RAIA

13 edição | junho - julho . agosto '09

Estatuto Editorial e Estatuto Redactorial da Revista VIVER

Consulte a página:

www.adraces.pt/conteudos/index.php?id=65

“O DESENVOLVIMENTO LOCAL É MUITO MAIS UMA ATITUDE CULTURAL QUE UM CONJUNTO DE PROJECTOS”

Goulart Carrinho

António Realinho
[O Director]

1.

Em vésperas de dar início à implementação de um novo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (ver páginas 33/34/35), quisemos trazer para “grande tema” do presente número da VIVER, a questão sempre polémica dos dinheiros (Fundos) da Europa para apoio ao financiamento do Desenvolvimento Rural do País e cá da BIS.

Dizemos - “questão sempre polémica”, mesmo tendo consciência de que, infelizmente, são muito poucos os que se interessam seriamente pelo assunto. De resto, ao que nos é dado observar, “interessar-se seriamente por um qualquer assunto” não é coisa que agrade à maioria das pessoas, sejam elas rurais ou urbanas. Entre nós, é muito mais comum “mandar bocas” sobre tudo e mais alguma coisa, mesmo sobre aquilo a que nunca prestamos atenção.

Ouvem-se sobre a questão dos “dinheiros da Europa” mui-

tas “bocas” e poucas opiniões fundamentadas em conhecimento real do assunto: -

“é uma vergonha, um regabofe, é só para os amigos, é só para pagar uns quantos tachos, quem precisa não vê nenhum, etc. etc., ou - é tudo fantasia, só promessas, querem é “lixar-nos” a vida obrigando-nos a ficar com dívidas aos Bancos, andam todos ao mesmo...”

Estas são algumas das “vozes” mais recorrentes. Quem já foi ajudado cala-se, até faz questão de que não se saiba.

Quem já tentou

e não conseguiu, sem querer saber da razão, reage maldizendo do “sistema e daqueles que são julgados os “donos” do dinheiro”... é natural.

Cada pessoa é que sabe por que reage da maneira que o faz, porém, acreditamos que a maioria não sabe até que ponto é verdadeiro aquilo que julga saber; não é fácil, nem natural, ter-se a exacta noção da própria ignorância. O desconhecimento sempre foi causa de grandes incompreensões e conflitos. Por isso, aqui estamos, à procura de mais conhecimentos para melhor nos podermos entender.

2.

Ainda há por cá quem pense que os fundos europeus se destinam a ajudar os pobrezinhos! Que o orçamento da União Europeia (U.E.) é uma espécie de caixa de esmolas! Nada mais errado. A aplicação dos dinheiros da Europa, dos dinheiros provenientes dos impostos pagos pelos cidadãos da Europa, portanto também por nós portugueses, tem de ser feita com regras, regras muitas vezes demasiado complicadas e pouco perceptíveis para aqueles que são os mais interessados na sua utilização, mas regras às quais os Países membros da União, as Instituições públicas e privadas e as pessoas, têm de obedecer, sob pena de serem julgadas e punidas pelos seus actos.

3.

À luz da experiência destes quase 20 anos a servir de intermediária na gestão de programas europeus de apoio ao desenvolvimento rural, a ADRACES está convicta da enorme importância destes programas para ajudar a diminuir o ritmo do despovoamento e da degradação ambiental do nosso território.

Sem o apoio dos fundos afectos aos diferentes programas utilizados, sem o trabalho de tanta gente sinceramente devotada a este combate, a situação económica e social da BIS e do País seria extremamente pior.

4.

Como em todas as situações e actividades humanas, teria sido possível aproveitar melhor os fundos que foram atribuídos ao País, se tivéssemos uma Administração Pública juridicamente configurada de outra maneira, mais descentralizada, mais próxima das necessidades e limitações de cada território local concreto.

A elaboração de políticas de âmbito nacional aplicáveis da mesma forma a todo o país, a apreciação mecanicista e centralizada dos projectos sem ter suficientemente em atenção as características dos territórios da sua aplicação, limitou o impacto de muitas dinâmicas locais conseguidas quase sempre à custa do trabalho persistente de autênticas devoções às causas do desenvolvimento das suas “terras” de nascença ou de opção de vida.

5.

Mas... nós todos, também os que destas ajudas não necessitamos ou pensamos não necessitar, temos neste assunto a nossa parte de responsabilidade. De uma maneira demasiado generalizada, desinteressamo-nos a todos os níveis de participar das discussões e negociações, locais, regionais, nacionais e europeias, onde estes assuntos se debatem. Como em tantas outras coisas, deixamos comodamente que os outros pensem e decidam por nós, depois cá estaremos para os julgar! Mas será tarde... é sempre tarde, quando descansamos à espera do resultado do trabalho dos outros.

Pela nossa parte, procuramos participar e acompanhar, sempre que possível, os momentos em que se discutem as questões que a todos nos dizem respeito. Da vida de uma Colectividade Local até às magnas reuniões europeias, passando por uma Junta de Freguesia, ou por uma reunião regional ou nacional, sentimo-nos no dever e com a obrigação de dizer aquilo que pensamos e de escutar o que os outros pensam. Nos próximos dias lá estaremos em Berlim para participar no início das discussões sobre a definição do próximo orçamento da União.

Dê a sua opinião. Este artigo pode ser comentado no blogue da Revista VIVER através do endereço electrónico <http://revistaviver.blogspot.com>



edição **13**
junho . julho . agosto
'09

VIVER

ficha técnica

Director António Realinho

Director Adjunto Teresa Magalhães

Editor Geral Camilo Mortágua

Conselho Editorial António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Rui Miguel e Filipa Minhós

Coordenação da Redacção Teresa Magalhães, Filipa Minhós, Celso Lopes, Rui Miguel e Margarida Cristóvão

Director Comercial Luís Andrade

Design e Direcção Gráfica DallDesign, Lda.

Produção Gráfica (Paginação/Impressão) DallDesign, Lda.

Capa DallDesign, Lda.

Imagens da capa, do separador do Grande Tema e da página 45: fotógrafo Carlos Teles. Trabalho fotográfico inserido num trabalho da ACERT, que deu origem ao Livro MEMÓRIA e à exposição Memória com as 28 fotografias e os textos originais de José Rui Martins.

Colaboradores Abel Cuncas, Aida Rechenha, Ana Paula Fitas, António Salvado, Assunção Pedrosa, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Clarisse Santos, Domingos Santos, Emílio Magro Martins, Fernando Paulouro Neves, Fernando Raposo, Gérard Peltre, João Carlos Pinho, João Manuel Duarte, Joaquim Alberto, José Portela, Lopes Marcelo, Margarida Cristóvão, Miguel Freitas, Moisés Espírito Santo, Paulo Pinto, Sandra Vicente.

Depósito Legal 289795/09

Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) 124952

Periodicidade Trimestral

Tiragem 3000 exemplares

Propriedade

ADRACES

Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul

www.adraces.pt

Rua de Santana, 277
6030-230 Vila Velha de Ródão
Telef. +351-272540200 Fax. +351-272540209
Número de Identificação Fiscal (NIF): 502706759
Sede da Redacção: Rua de Santana, 277
6030-230 Vila Velha de Ródão
E-mail: viver@adraces.pt

conteúdos

01 DO DIRECTOR

“O desenvolvimento local é muito mais uma atitude cultural que um conjunto de projectos”

03 DO EDITOR

Os “dinheiros da Europa”, nós e o Desenvolvimento da BIS

04 ONDAS CURTAS INTERNACIONAIS

Curtas vindas da Europa

Balanço das Europeias 2009 na Europa

08 CARTA DE PARIS

10 CARTA DOS EUA

A crise vista da América

12 GRANDE TEMA

O impacto dos dinheiros (fundos) da Europa no nosso desenvolvimento rural

36 TEM A PALAVRA

Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Fratel

38 INOVADORES E PIONEIROS

Vasco Juzarte Rolo - Para que ninguém duvide dos queixosos, é possível medir a Dor!

40 NÓS ADRACES

MANIFesta Peniche'09

Exultar as matizes concertadas do Desenvolvimento Local

A formação como motor de desenvolvimento do potencial humano

RISCO - Nova Ferramenta de Trabalho para Artesãos(ãs)
Corra o Risco e Adopte-o como Seu

43 AO SABOR DA PENA

Um livro aberto, escrito em grego

A crise que vem de longe...

48 QUIOSQUE DA BIS



Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul

OS “DINHEIROS DA EUROPA”, NÓS E O DESENVOLVIMENTO DA BIS

Camilo Mortágua
[O Editor]

Dedicamos este número à reflexão sobre um tema que, em tempos de “vacas magras” como o que estamos vivendo, se torna assunto recorrente de todas as conversas.

Como é costume dizer-se “a necessidade aguça o engenho”. Concordamos.

Mas, a necessidade extrema... pela angústia que origina, é má conselheira!

Ouvem-se, como sempre, a propósito da aplicação e aproveitamento dos “dinheiros vindos da Europa”, portanto também vindos daqui mesmo, desta Europa que também somos, as mais diversas opiniões: umas razoavelmente fundamentadas, outras, autênticos disparates típicos das conversas de papagaios repetidores para passar tempos vazios.

Infelizmente, poucos são aqueles que, conhecedores das normas e práticas de aplicação dos financiamentos públicos nacionais e europeus, se dão ao trabalho de as dar a conhecer e explicar.

Quem já alguma vez recorreu ao apoio destes “fundos” sabe das dificuldades que a sua utilização por vezes ocasiona. A ilusão configurada por aquele velho aforismo de que “a cavalo dado não se olha o dente” não corresponde minimamente à realidade. Com os dinheiros vindos da Europa, não há cavalo

dado! Na maior parte dos casos, é preciso pagar do bolso próprio metade do animal, ter a carroça e garantir a ração e a palha para que ele não morra, de contrário “vai tudo por água abaixo”.

Na ADRACES, que tem vindo a gerir a aplicação de alguns escassos fundos provenientes da U.E., segundo planos e regras previamente estabelecidas e aprovadas pelos organismos centrais e regionais do nosso País, conhece-se bem quanto custam as ditas participações e os “desfasamentos” no cumprimento de compromissos assumidos pelas autoridades de tutela.

Senhores desta experiência de quase 20 anos, continuamos a pensar que o trabalho de Desenvolver (desembrulhar?) as pessoas que residem e labutam no território objecto da nossa acção tem que passar por uma pedagogia de resultados necessariamente lentos de “educação para o desenvolvimento” a que alguns chamam de “mudança de mentalidades”. Esforçamo-nos por cumprir esse objectivo estratégico. A VIVER, sendo parte integrante desse trabalho, transcende a dimensão regional, atraindo, de fora para dentro, competências, vontades e meios indispensáveis ao alcance dos nossos objectivos.

“INTELECTUAIS”?

Alguém, a quem lamentavelmente não podemos agradecer por ter querido guardar o anonimato, critica-nos, elogiando-nos.

Dizendo que estamos intelectualizando-nos.

O essencial da questão é que, para o bem e para o mal, é a maneira de usar o intelecto para prever e planificar o que distingue os Humanos das outras espécies.

A evolução da Humanidade assenta, não só mas essencialmente, no aumento progressivo da utilização do intelecto.

Por isso, não nos parece lá muito coerente pensar que o “desenvolvimento” da BIS, ou de outro qualquer território, se possa fazer sem que as pessoas que nele habitam aumentem progressivamente a sua “capacidade de compreender” a sua inteligência. Sem que as pessoas sejam estimuladas a usar O INTELLECTO como usam as pernas, as mãos, os ouvidos e/ou os olhos, sem esquecer obviamente o coração... a começar por nós próprios, não há evolução, estagnamos e acabamos matéria inerte. Esta é a essência nuclear da acção de “Desenvolver”.

Conservando os sentimentos inerentes ao amor, à paixão e à solidariedade, esforcemo-nos por compreender melhor, não só a BIS como o Mundo. Sejamos mais inteligentes, intelectualizemo-nos! Sim, aqui na VIVER, fazemos por isso.



Dê a sua opinião. Este artigo pode ser comentado no blogue da Revista VIVER através do endereço electrónico <http://revistaviver.blogspot.com>

ONDAS CURTAS INTERNACIONAIS

CURTAS VINDAS
DA

EUROPA



1. A Islândia, 28º membro da U.E.?



O primeiro-ministro islandês, a social-democrata Johanna Sigurdardottir, que vem de vencer as legislativas no seu país, decidiu submeter ao parlamento islandês o lançamento do processo de adesão à União Europeia. A Islândia nunca quis entrar para a União devido à política de pesca, agora como a crise também por lá passou...

2. Breve balanço da primeira publicação sobre as Ajudas da PAC na Europa

Segundo uma ONG inglesa, a maioria dos Estados-membros não cumpriu cabalmente as normas de transparência, fornecendo dados incompletos ou dificilmente utilizáveis. Esta organização classificou os países em 3 grupos:

- um grupo “vermelho” para aqueles que infringem claramente as regras de transparência (Bulgária, Chipre, Irlanda, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Eslováquia e Espanha).
- um grupo “laranja” para os países deficientes (França, Itália, Polónia, Suécia, Áustria, Grécia, Hungria e PORTUGAL).
- um grupo “verde” para os países com aplicação satisfatória das normas de transparência (Reino Unido, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Roménia e Eslovénia).
- 710 entidades beneficiárias europeias receberam mais de um milhão de euros de ajudas (Itália 180, Espanha 165, França 142).
- Três sociedades italianas do sector açucareiro ocupam os três primeiros lugares entre as mais apoiadas. Só a número um do sector, a “Zuccheri”, recebeu 139,8 milhões de euros.
- dos 27 Estados-membros, só a Alemanha está considerada em infracção por não ter publicado os dados dos beneficiários da PAC no “Land” da Baviera, facto que provocou profundo desagrado da Comissária Mariann Fischer Boel que, imediatamente, anunciou o lançamento de um processo de infracção contra as autoridades alemãs.

3. O futuro da Comissão Rural e Agrícola do Parlamento Europeu.

Dado o acréscimo de poderes do Parlamento Europeu, prevê-se que novos parlamentares se interessem pela Comissão Agrícola (actualmente, os membros desta comissão são sobretudo deputados originários das zonas rurais e sensíveis aos interesses dos agricultores).

Destes, as principais figuras em fim de mandato não se reapresentarão.

Estas saídas significam a entrada em cena de uma nova geração de deputados para disputar os lugares cimeiros. Presidentes, vice-presidentes e/ou coordenadores, os nomes mais citados são: Luís Capoulas Santos (Portugal - Partido Socialista Europeu), Elisabeth Jeggle (Alemanha - CDU), Mairead McGuinness (Irlanda - le Fine Gael), Stéphane le Foll (França - PSE), Sérgio Berlato (Itália - Aliança Nacional), entre outros.

O francês José Bové e os antigos ministros da agricultura polacos também se declararam interessados por esta comissão.

4. Breves:

- O Conselho Europeu adoptou a 5 de Maio último um regulamento que visa facilitar o acesso às subvenções co-financiadas pelo Fundo Social Europeu, a fim de atenuar os efeitos da crise financeira no plano social. Para saber mais: www.register.consilium.eu
- O Conselho Europeu adoptou um regulamento que torna as acções destinadas a melhorar a eficácia energética e os projectos relativos às energias renováveis susceptíveis de beneficiar de uma ajuda do FEDER. Para saber mais: www.register.consilium.eu



5. Política Agrícola Comum

Agenda da reforma de 2013 - primeiras pistas

A Comissão Europeia lançará no decorrer do verão do próximo ano uma comunicação sobre o futuro da PAC, com o objectivo de iniciar um debate público.

Em meados de 2011, será apresentada uma proposta formal conjuntamente com as perspectivas financeiras da Comissão, sabendo-se que a futura PAC será decidida segundo o procedimento de co-decisão (Comissão/Parlamento), no caso do Tratado de Lisboa estar em vigor.

A decisão final será tomada entre o fim de 2012 e meados de 2013, sob a Presidência irlandesa ou cipriota.

Ajudas (pagamentos) directas

Em Conselho informal, a Presidência checa solicitou aos Estados-membros que procurem uma solução para reduzir as diferenças dos pagamentos directos segundo cada Estado-membro.

Todas as delegações estão de acordo em acabar com o sistema "Histórico". A maior parte dos novos Estados-membros e PORTUGAL indicaram que uma taxa por hectare seria a melhor via a seguir.

Houve quem sublinhasse ser necessário ter em consideração diversos critérios para fixar os níveis de ajuda por país, tais como o trabalho, a terra, os custos dos factores de produção, etc.

Outras delegações fizeram notar que há também grandes diferenças entre os Estados-membros, entre terras aráveis e de pastoreio, e que a solução não pode passar por uma taxa única.

O Ministro dinamarquês sublinhou que seria uma ideia feliz se passasse a haver um só pilar, com a entrada do Desenvolvimento Rural para o primeiro pilar.

Perspectivas Financeiras e Desenvolvimento Rural

(Comentários de Madame Fischer Boel)

Ela confirmou que a repartição actual do financiamento do Desenvolvimento Rural deve ser modificada, porque o critério de repartição fixado para os anos 80 e 90 não é uma base realista para o futuro.

Altos funcionários da DG AGRI sugeriram que uma melhor repartição deve combinar critérios objectivos, tais como a superfície, o número de trabalhadores agrícolas e a paridade do poder de compra.



6. O Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu é a única instituição supranacional com os seus membros eleitos democraticamente por sufrágio universal directo.

Aquando da sua criação, em 1958, o Parlamento Europeu chamava-se Assembleia Parlamentar, os seus membros eram eleitos pelos Parlamentos Nacionais e não tinha nenhum poder.

Foi só em 1979 que se passou ao sufrágio universal directo. Em 1991, o tratado de Maastricht, que entrou em vigor em 1993, atribuiu-lhe um poder de co-decisão com o Conselho de Ministros, mas somente em alguns domínios legislativos limitados.

Após as últimas eleições do mês de Junho e na expectativa da ratificação do Tratado de Lisboa até ao próximo ano, o Parlamento Europeu passará a ter o poder de se pronunciar sobre o conjunto do orçamento europeu e, portanto, sobre a Política Agrícola Comum. A co-decisão (Conselho e Parlamento) passará a ser o procedimento normal para a maior parte das questões da política agrícola.

Obs. Os deputados europeus passaram de 784 a 736 (máximo autorizado pelo tratado de Nice, mas podem ser 751, se o Tratado de Lisboa for adoptado). ■

Fonte: euro-info ASP nº 1 Julho de 2009

BALANÇO DAS EUROPEIAS 2009 NA EUROPA

Os cidadãos dos 27 países-membros da União Europeia elegeram 736 representantes no Parlamento Europeu. A abstenção nas **eleições europeias de 2009** (cerca de 60%) voltou a vencer com maioria, reflectindo o descontentamento e/ou descrédito dos povos europeus em relação às políticas actuais da União Europeia.

As projecções para as eleições ao Parlamento Europeu apontam para uma vitória dos partidos conservadores que formam o grupo do Partido Popular Europeu/Democratas Europa (PPE-DE) e uma derrota dos socialistas, que sofreram fortes baixas em alguns países.

Não obstante, os três grandes partidos capitalistas sofreram penalizações. Partido Popular Europeu, Partido Socialista Europeu e Liberais – todos eles em conjunto sofreram uma forte redução de deputados, perdendo 97 euro-deputados.

A Esquerda europeia perdeu como era mais ou menos previsível o grupo parlamentar italiano (maior do grupo GUE-EVN com 8 euro-deputados). No entanto, a esquerda europeia manteve alguma firmeza (com 33 deputados face aos 41 que tinha até agora).

A Aliança Liberal-Democrata pela Europa (Alde), terceira maior força, sofreu leves perdas, seguida da bancada dos Verdes/Aliança Livre Europeia (Verdes/ALE), que conseguiram, por sua vez, pequenos ganhos. O grupo parlamentar europeu dos Verdes e Aliados registou uma subida (alcançando 53 euro-deputados face a 43 anteriores), absorvendo a maioria das subidas de votos à Esquerda (a Esquerda perdeu 8 e os Verdes ganharam 10).

Basicamente, a divisão de poder no Parlamento não foi modificada. A diferença entre a bancada conservadora e a do Partido Socialista Europeu (PSE), segunda maior força no Parlamento, aumentou.

Há ainda que ressaltar a ascensão dos movimentos de extrema-direita por toda a Europa, como um aviso sério às fragilidades das democracias implantadas. Os partidos desta natureza conseguiram 30 euro-deputados a mais.

Grupos e partidos políticos

Os deputados ao Parlamento Europeu estão agrupados por famílias ou grupos políticos, e não pela respectiva nacionalidade. Existem sete grupos políticos representados no Parlamento Europeu:

Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus

Grupo Socialista no Parlamento Europeu

Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa

Grupo União para a Europa das Nações

Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia

Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde

Grupo Independência/Democracia

Como os partidos nacionais, em muitos dos casos, não têm a mesma denominação ao nível comunitário, esta organização facilita o agrupamento das ideologias políticas.

Correspondências com os partidos portugueses

A correspondência dos partidos políticos europeus com os de Portugal é:

Partido Popular e Partido Social Democrata correspondem ao Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus

Partido Socialista corresponde ao Grupo do Partido Socialista Europeu

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV) e Bloco de Esquerda correspondem ao Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde ■

Informação retirada dos seguintes sites:

<http://pt.wikipedia.org>

<http://www.europarl.europa.eu>

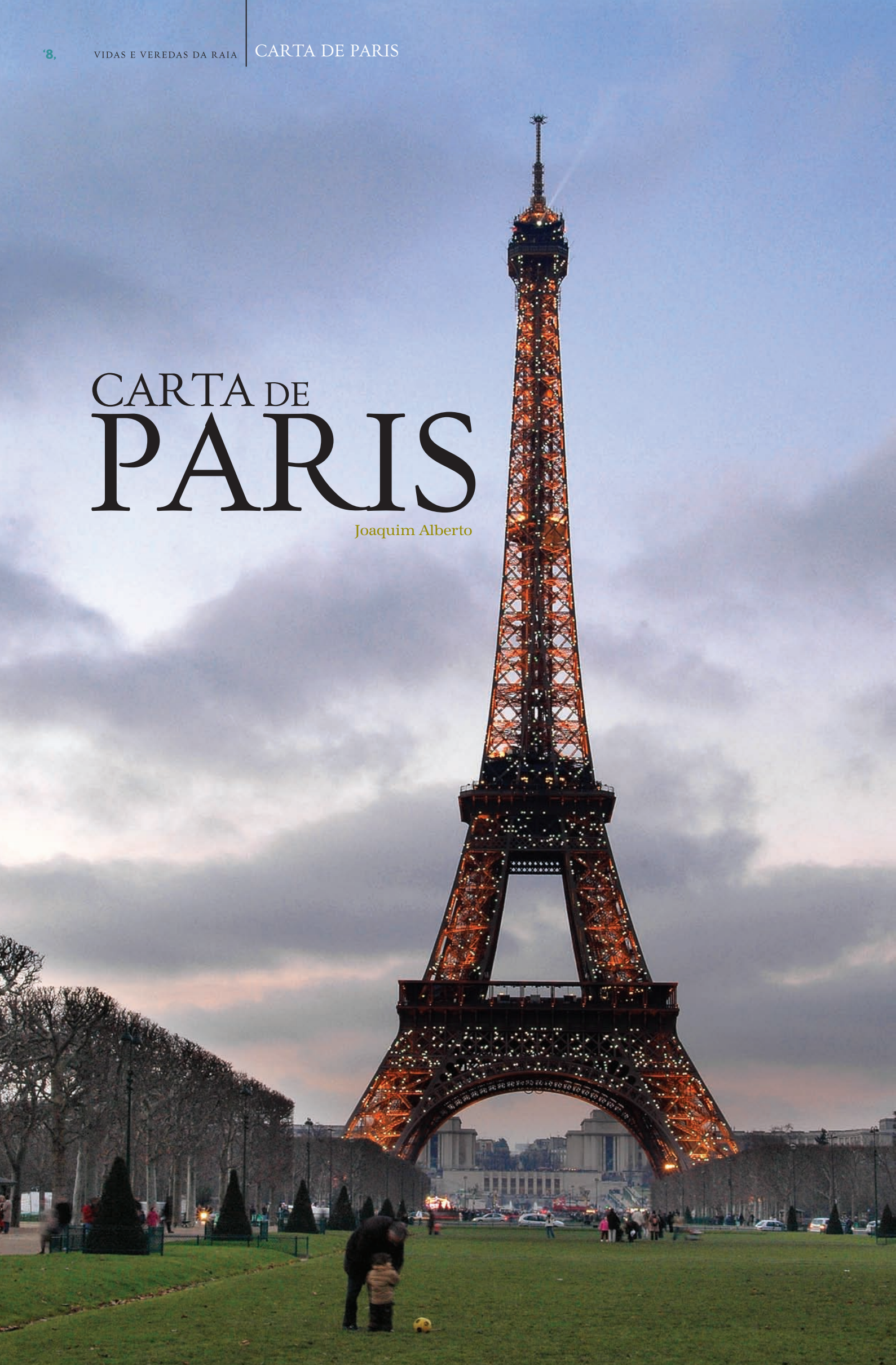
<http://www.dw-world.de>

<http://revolucionaria.wordpress.com>

Saber o que se vai passando e pensando no Mundo é indispensável à formação da opinião de todo o cidadão consciente. O nosso propósito ao publicar as informações precedentes é informar sem julgar. A cada leitor o seu julgamento.

CARTA DE PARIS

Joaquim Alberto



Os chineses têm um ditado muito célebre mas pouco seguido que diz mais ou menos o seguinte: Se queres ajudar alguém a ser uma pessoa autónoma, não lhe dês um peixe, ensina-o a pescar. Quando eu era novo fui, com um grupo de outros jovens, visitar a Casa do Gaiato, do célebre padre Américo, e o padre responsável daquele centro, a primeira coisa que nos disse, foi: “Nunca dêem uma esmola a um pobre. Porque, quando dão uma esmola, transformam o pobre num pedinte”. A esmola nunca tira ninguém da pobreza, mas transformando o pobre num pedinte, habitua a pessoa a comer o peixe que lhe dão e não o peixe que ele pesca. Habitua a pessoa a viver à custa do trabalho alheio e não à custa do próprio trabalho.

Eu nunca fui, nem nunca serei, contra os subsídios. Mas serei sempre contra o subsídio/esmola, que transforma o pobre em pedinte, e contra o subsídio/roubo, que transforma o rico em ladrão.

O subsídio/roubo é aquele subsídio que esteve na origem da actual crise financeira e que a vai manter ainda durante muito tempo. Não é nenhuma esmola, porque é decidido por quem o recebe, porque é sempre muitíssimo grande, porque é um complemento enorme de salários enormes, porque, dizem eles, serve para pagar uma produtividade que afinal é virtual e muitas vezes completamente inventada, como agora se vai sabendo, embora muito lentamente.

Quando Portugal entrou para a CEE, muitos portugueses, dentre os quais os agricultores, passaram a receber subsídios, para os ajudar nas transformações necessárias à integração na nova realidade. Depois de todos estes anos, parece que Portugal não diminuiu a sua dependência alimentar. Apesar dos milhões de euros que foram investidos. Não se produz nem mais quantidade nem melhor qualidade.

Não se apoiaram os agricultores para deixarem de ser “exploradores agrícolas” e passarem a ser “empresários agrícolas”. Não se apoiaram os agricultores para deixarem a agricultura químico/industrial e passarem a uma agricultura natural. Apoiam-se os agricultores para esgotarem os recursos da terra e dos rios e não para valorizarem a terra e o ambiente. Até se apoiam os agricultores para comprarem jipes...

Um amigo meu disse um dia, no consulado português de Geneve, ao embaixador e ao cônsul de Portugal: - “eu sou um português não praticante”. E explicou o que queria dizer.

Tenho medo que os políticos tenham transformado os europeus em europeus não praticantes. Embora o indicador mais importante para medir a qualidade de uma democracia não seja a afluência às urnas, a abstenção, quando é demasiada, indica no mínimo falta de participação, falta de interesse, falta de confiança nas instituições e nas pessoas que irão ser votadas. E isto tem-se passado sempre nas eleições europeias. Não só em Portugal, mas também nos outros países da U.E.

Espero que nas duas eleições que ainda se irão disputar este ano em Portugal as pessoas não fiquem em casa. Se ninguém as convence, devem votar em branco, porque a abstenção é sempre parte do problema e nunca é parte da solução. A democracia é a participação do maior número possível de pessoas na tentativa de resolução dos problemas colectivos. O voto é apenas o mínimo de democracia. A abstenção é a ausência total de democracia, é deixar que sejam sempre os outros a decidir por nós, é contribuir para que a ditadura se reinstale. É abdicar do nosso estatuto de pessoa humana responsável e passar a democrata-não-praticante.

Claro que a participação na construção de uma sociedade democrática não se faz apenas pelo voto. Há muitas outras maneiras de participar, mas o voto é o mínimo. Sem ele, não há democracia. A democracia é vida. Quando as pessoas nem sequer participam pelo voto, a democracia define e morre. Se os políticos não têm capacidade nem qualidade para mobilizar as pessoas, terão de ser as pessoas pela sua participação democrática a transformar os políticos. Sob pena de continuarmos cada vez com a crise a desenvolver-se mais e mais... Gostaria de acordar um dia e ver que isto não é um sonho, mas é uma realidade. ■



Quanto mais conhecermos dos outros, melhor nos conheceremos a nós próprios. Parece-nos importante que os compatriotas que andam por este mundo fora nos ajudem a melhor entender o que por lá se passa e quais as diferenças em relação a nós cá da BIS, através da leitura dos seus testemunhos de experiências concretas de vida. À “carta de Paris” que temos vindo a publicar regularmente, passamos hoje a juntar outra carta, esta vinda dos Estados Unidos. Contamos poder brevemente acrescentar outras de outros continentes e latitudes.

CARTA DOS EUA

João Manuel Duarte
[Morgantown, West Virgínia, U.S.A]

A CRISE VISTA DA AMÉRICA

Todos me perguntam - “então... a crise aí pela América?”

A crise, a América, os Estados Unidos da América, ou seja os U.S.A. A crise dizem que é grande, que é a maior recessão desde os anos 30 do século passado; a América, essa é grande sem dúvida.

Crises têm havido muitas desde a formação deste país que ainda é jovem em comparação com Portugal. Esta é uma das vantagens... a juventude!

A juventude é exuberante, por todo o lado se veste de plumagens vistosas e vive cheia de energia. Alguns dizem que vive sem pensar no dia de amanhã, será assim?

Quando o pavão se exhibe, não é apenas vaidade, também quer ser atractivo para ter mais oportunidades de procriar. Assim faz a juventude.

Sem dúvida, estão a haver muitas crises por este país adentro. Lá do outro lado do continente, na Califórnia, a situação é arrepiante para muitos.

Descendentes de famílias Portuguesas vindas dos Açores ainda no século XIX e que com muito suor, sangue e lágrimas, tinham conseguido o sonho Americano, o de ter a sua própria quinta, ou melhor ainda, um rancho com uma vacaria moderna e dumas 450 vacas a produzir ao mais alto nível, como o Joey Mendoza de Point Reyes ali à beira do Pacífico que de repente está a perder tudo. O patriarca da família chora, é ele que vai ter de suportar a angústia e o drama de ter perdido tudo aquilo para que os seus antepassados tanto trabalharam.

Embora o Joey tenha uma vacaria de fazer inveja em muitas partes do mundo, na Califórnia, ele já é demasiado pequeno e os custos de produção são o dobro do que ele recebe. É que o preço do leite está este ano ao preço de 1979!

Ray Souza, presidente da associação “Wester United Dairymen”, conta que, pelo menos, dois agricultores suicidaram-se nestes últimos meses porque não foram capazes de enfrentar o futuro face à ruína causada pela falência das suas empresas agrícolas familiares.

No vizinho Estado do Nevada, na Las Vegas que era o sonho de muitos, famílias inteiras estão na rua. O mesmo acontece na Florida e no Arizona. Estes estão a ser os Estados desta União Americana mais afectados. Também foram os que tiveram maior surto de crescimento económico durante uma boa parte dos últimos 20 anos.

Tudo estava virado para um crescimento contínuo, o crescimento estagnou porque tudo tem os seus limites, a economia também.

De repente, esses mexicanos, guatemaltecos, e outros ilegais centro-americanos que andavam por aí a trabalhar por metade do preço dos legais, esses foram os primeiros a perder o trabalho logo que a construção desacelerou, esses tiveram que ir embora porque a “Migra” (Policia de emigração) estava apertando o cerco na sequência dum protesto crescente da opinião pública contra a emigração ilegal.

Esses não identificados, que as estatísticas quantificam em vários milhões, só eles consumiam a produção de muitas leitarias.

As razões para a falência de muitas leitarias na América são diversas. Custos de produção elevados, falta de escoamento, mas

o principal é que o preço do leite nos U.S.A. está ao mesmo nível de há 30 anos.

Depois há a questão dos mercados externos: a América importa muito petróleo da Arábia Saudita e a Arábia Saudita importa muitos alimentos da América. Depois da crise dos anos 70 e 80, os americanos queriam estar menos dependentes dos petróleos das arábias; por sua vez, os árabes estavam com medo da sua dependência quase total dos géneros alimentares americanos. Vai daí, que um desses príncipes das arábias vai até à Califórnia estudar uma dessas autênticas fábricas leiteiras americanas, pega nesses planos e decide construir uma a dobrar nos desertos da Arábia. Se bem o pensou... melhor o fez... sem escassez de petrodólares, montou uma vacaria com 38.000 vacas! Sim, sim, trinta e oito mil vacas a consumir uns 120 litros de água cada uma, água puxada lá do fundo dos areais! Isto, ao mesmo tempo que se expandia aceleradamente a produção cerealífera irrigada com água do mesmo aquífero! 20 anos passados, as torneiras estão quase secas, e os árabes vão ser obrigados a abandonar a produção de cereais antes de 2016. As vacas, essas, ficam enquanto a água durar.

No fundo, e em síntese, tudo isto gira em torno de uma atitude puramente Humana – GANÂNCIA. O querer mais do que podemos consumir, ou pagar, ou ter tempo para fazer. A agricultura sempre esteve dependente do estado do tempo, mas também das vicissitudes políticas.

No estado de West Virgínia onde vivo, a agricultura há muito que deixou de ter peso económico significante. Só no condado onde resido existiram outrora 65 leitarias, hoje resta apenas uma com 80 vacas.

Aqui nesta pequena cidade com uma população de 28500 residentes, a Universidade irá receber este ano 29000 estudantes!

A crise, essa, chegou cá nos meados dos anos 80, já depois da Califórnia ter visto um dos seus subir à Presidência Americana (Ronald Regan). O West Virgínia sofreu então um duro golpe nas suas indústrias tradicionais, a extracção de carvão e a indústria do aço, onde se perderam milhares de empregos, nesses anos o desemprego estadual chegou a atingir 27%; no início deste ano era um dos Estado com o mais baixo nível de desemprego de toda a União, não apenas por uma qualquer reposição do tecido industrial, mas, essencialmente, pela saída de partes significativas da sua população activa, e pelo envelhecimento de muitos dos que ficaram para trás. Os que outrora saíram foram à procura de melhores oportunidades por esses Estados adentro.

É que estes Estados Unidos são compostos por um território muito grande, com muitas riquezas naturais e uma diversidade populacional muito grande; a imigração tanto intrastados como a vinda de outros países traz gentes com desempenho e grande desejo de vingar na vida. Isso ajuda imenso no rejuvenescer desta América. ■



GRANDE TEMA

O IMPACTO DOS DINHEIROS (FUNDOS) DA EUROPA



NO NOSSO DESENVOLVIMENTO RURAL

Sobre este tema, aqui encontrarão os leitores um excelente e variado leque de opiniões de personagens experientes e muito competentes na matéria, a quem desde já agradecemos a valiosa colaboração.

Como muito bem escreve Miguel Freitas, se se conseguir a passagem de uma intervenção agro-sectorial para uma visão agro-rural, poderemos, no futuro, vir a esclarecer muitas das fantasias e enganos que persistem na nossa opinião pública menos esclarecida sobre as questões relacionadas com o “estado das coisas” nos nossos espaços rurais.

Desde logo para se perceber que, em determinado espaço agrícola, podem haver produtivas sementeiras sem que aí exista qualquer desenvolvimento rural, por lá não habitar ninguém, por ser um espaço completamente despovoado.

Campos e campos férteis, em volta duma Aldeia sem ninguém, não são um espaço rural, quando muito, um espaço com aproveitamento agrícola.

A presença humana é indispensável à dimensão de “cultura rural”. É da relação das pessoas com a Terra, nessa relação dos filhos com a Mãe Terra, que se forjaram todas as matrizes culturais da nossa civilização.

Sem a presença das pessoas em relação com o seu território, podem aí existir muitas coisas, mas não ruralidade, não cultura rural!

Vem isto a propósito do “impacto dos dinheiros (fundos) da Europa no nosso desenvolvimento rural”.

Não é nosso propósito, ao abordar este tema, fazer uma análise quantitativa ou qualitativa da aplicação desses fundos. Em nosso entender, mais importante que isso é a imagem que a generalidade das pessoas tem da importância desses fundos e da facilidade ou dificuldade da sua utilização.

Em primeiro lugar, sublinhar, para que haja um mínimo de rigor na apreciação da aplicação dos fundos em causa, que os dinheiros da Europa destinados a apoiar acções materiais ou imateriais não especificamente agrícolas em espaços rurais têm rondado uns míseros 2 a 3% dos totais aplicados nos sectores agrários: agricultura, florestas e pecuária.

Em segundo lugar, realçar que, na prática, as colossais somas aplicadas na Política Agrícola Comum foram destinadas aos

proprietários das terras e nunca aos “Rurais” habitantes e/ou residentes dos espaços rurais.

Em terceiro lugar, constatar que as maiores somas, calcula-se que cerca de 60% do total das “ajudas”, foi parar às mãos de proprietários e/ou empresas residentes nas grandes cidades de França, Itália, Espanha, etc., e aí aplicado.

O nosso País, embora tenha sido sempre o parente pobre desta distribuição devido à relativa pequena escala das nossas explorações agrícolas, correspondente à nossa dimensão, também sofreu as consequências dessas práticas.

Se, como é hábito dizer-se, “não adianta chorar o leite derramado”, o mais importante, aquilo que é decisivo para o futuro da BIS e dos outros espaços rurais de Portugal e da U.E., é dar a quem produz e trabalha, seja proprietário ou trabalhador por conta de outrem, condições para poder viver condignamente da sua actividade em paridade de rendimentos com as actividades dos outros sectores da actividade económica.

Os empresários e trabalhadores do sector primário não desejam ser subsidiados... querem que se lhes pague pelo justo preço aquilo que produzem.

Dar subsídios, por um lado, e, pelo outro, aplicar políticas predadoras dos justos rendimentos do seu trabalho é, na prática, pretender transformá-los aos olhos da opinião pública desinformada em eternos pedintes, socialmente desvalorizados!

Em nossa opinião, os impactos têm sido, apesar de tudo, positivos. Os maiores erros e desperdícios provêm da concepção das políticas e não dos seus operacionalizadores finais. De ano para ano, a própria Comissão Europeia e os tecnocratas europeus têm vindo a evoluir no sentido de alterar os critérios de distribuição dos fundos. Já se admite a conveniência duma abordagem AGRO-RURAL enquadrada por subvenções globais territorializadas, financiadas por um programa único; se assim for, todos ficaremos a ganhar.

Dados os novos poderes do Parlamento Europeu aos deputados sufragados nas últimas eleições, também os portugueses terão a oportunidade de dar à PAC - Política Agrícola Comum, o sentido que de há muito os Rurais de toda a Europa aguardam, transformando-a efectivamente numa política europeia de Desenvolvimento Rural. ■

OS FUNDOS EUROPEUS E A SUA UTILIZAÇÃO

Gérard Peltre

[Presidente da “Association Internationale Ruralité

Environnement - RED

Presidente do “Mouvement Européen de la Ruralité - MER

Presidente do Grupo Consultivo da Comissão Europeia
para o Desenvolvimento Rural

Maire de Lachaussée

1.º Vice-presidente do “Parc Naturel Regional
de Lorraine”]

Quando os seis países fundadores criaram a Comunidade Económica Europeia – CEE, tratava-se de construir uma paz durável na Europa e relançar as economias destruídas pela guerra.

Hoje, para os Estados-membros da U.E., trata-se de enfrentar, num mundo globalizado, os desafios cruzados da competitividade e do desenvolvimento durável.

A consolidação das economias da U.E., a criação de empregos estáveis quer nas cidades quer nos campos, o crescimento do valor económico acrescentado, o combate contra o aquecimento do planeta, contam-se igualmente entre os problemas que se impõem a todos nós.

O desafio inicial era enorme, apesar disso, foi ganho. O de hoje é igualmente grande e essencial. Também acessível, desde que nos mobilizemos com o mesmo entusiasmo, como actores responsáveis e solidários. A actual crise económica e os desastres climáticos cada dia mais graves, pelos quais todos somos colectivamente responsáveis, convidam-nos a tomar consciência da necessidade de enfrentar os desafios da competitividade, do desenvolvimento durável e da coesão territorial, mobilizando actores e territórios rurais.

FEADER – FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

É um fundo não estrutural, particularmente concebido para financiar o desenvolvimento integrado dos territórios rurais, para o período 2007/2013.

Espera-se que também os agricultores aproveitem o enquadramento deste programa para apresentar os seus projectos, desde que estes sejam convergentes com os objectivos dos projectos territoriais integrados, propostos pelas parcerias de actores rurais locais.

O antigo Programa LEADER, hoje transformado no eixo 4 do FEADER, deve ser compreendido e implementado como instrumento privilegiado para desenvolver ligações entre os diferentes actores e acções de desenvolvimento dos territórios rurais. A abordagem LEADER deve ser, antes de tudo, instrumento de mobilização e de ligação em proveito dum desenvolvimento rural durável, integrado e de alto valor acrescentado.

A agricultura e a silvicultura, actividades já presentes nos territórios rurais, devem inscrever-se na abordagem LEADER, ultrapassando a simples produção de matérias-primas agrícolas e/ou florestais, concebendo projectos multidisciplinares de desenvolvimento, de alto valor acrescentado, obtendo dessa forma melhores rendimentos e mais amplas perspectivas económicas, ao mesmo tempo que favorecem a criação diversificada de emprego e

evoluem para a consolidação de sectores estruturantes do desenvolvimento durável de pólos rurais capazes de favorecer a consolidação das regiões.

Para o efeito, especial atenção deve ser dada à criação de:

- Pequenas unidades de produção / transformação de produtos ou serviços destinados a consumidores finais locais, regionais e nacionais.
- À participação em programas de desenvolvimento de serviços e/ou produtos de alto valor acrescentado económico territorial, em parceria com outros actores – empresas, colectividades públicas, associações, universidades, etc.

O sucesso deste desafio passa necessariamente:

- Pelo dinamismo cruzado de todos os actores.
- Por acções de animação, de formação e de sensibilização.
- Pela procura de competências exógenas se necessário.
- Pelo desenvolvimento da atractividade global dos territórios rurais: serviços de proximidade (saúde, educação, desporto, cultura, etc.), gastronomia, turismo, habitação, acessibilidades, etc.

Em muitos países da U.E., activistas agrícolas tais que Raymon Lacombe, em França, e muitos outros, agricultores ou não, desde há muito que tinham compreendido e continuam a compreender que este é o enfoque mais eficaz para traçar o caminho do desenvolvimento dos territórios rurais.

Em Espanha, o Governo espanhol da época (anos 95 / 96), ao lançar a iniciativa nacional PRODER, tinha já a ambição de estender a todo o território espanhol os benefícios desta abordagem.

É altamente desejável que os 4 eixos do FEADER sejam trabalhados e aplicados obedecendo a estes mesmos princípios.

Evolução da Política Agrícola Comum (PAC) para o após 2013: os agricultores e actores rurais interrogam-se.

A AGRICULTURA TERRITORIALIZADA COMO BENEFICIÁRIO POTENCIAL IMPORTANTE MAS NÃO EXCLUSIVO

A PAC que hoje é, em matéria de orçamento, a primeira grande política europeia e a última das políticas fundadoras, depois do surgimento da AGENDA 2000, passou a estar destinada a acompanhar o desenvolvimento agrícola (primeiro pilar) e o desenvolvimento dos territórios rurais (segundo pilar).

Os agricultores, num contexto orçamental difícil e com os financiamentos do primeiro pilar da PAC garantidos somente até 2013, receiam que este segundo pilar dito do desenvolvimento rural, hoje suportado por um fundo específico alimentado principalmente pela modulação, não seja o prenúncio do desaparecimento dos financiamentos europeus do segundo pilar. Um bom número de sindicatos agrícolas considera que o FEADER devia estar orientado principalmente para o financiamento de projectos dos agricultores.

O risco de se verificarem profundas alterações no financiamento da agricultura, com a reafecção de uma parte significativa do orçamento da PAC a outras políticas ou objectivos da U.E. é real. Basta olhar para o projecto de orçamento actualmente em debate e aproximá-lo das diferentes prioridades da União, para nos convenceremos dessa realidade.

O financiamento da agricultura pela PAC é essencial e absolutamente determinante. A Associação RED de que sou Presidente defende convictamente este ponto de vista e esta necessidade. Mas... considerar conveniente, numa perspectiva das evoluções futuras, reservar, por princípio, a maior parte dos financiamentos do segundo pilar da PAC para a agricultura, é uma opção contra-producente em relação aos objectivos definidos. Isso poderia significar, em última análise, a supressão do financiamento do desenvolvimento rural pela PAC.

FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA COESÃO TERRITORIAL PARA O APÓS 2013

“O ponto de vista da Associação “Ruralité Environnement et développement- RED” da sua contribuição sobre a reforma do orçamento da U.E.”

1. FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA

É ao primeiro pilar da PAC que o financiamento estrutural da agricultura (financiamento das reformas dos agricultores, apoio à instalação de jovens agricultores, formação, etc., deve ser duradouramente afectado. A dependência desta actividade aos contextos climáticos e o seu impacto espacial e ambiental justificam-no plenamente. Todos os actores rurais deviam, como RED, apoiar sem hesitações esta opção, dado sabermos que a sua implementação será, se o primeiro pilar da PAC se mantiver, muito mais “objectivada”.

2. FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

As ajudas do FEADER (em particular), ou eventualmente de um fundo específico novo, deverão ser principalmente dirigidas, como no programa 2007 a 2013, para o financiamento de acções inscritas nos projectos territoriais e integrados de desenvolvimento durável ou destinados a acompanhar a implementação e enquadramento de projectos em parceria. O financiamento durável do desenvolvimento rural, em nossa opinião, assim o exige.

Esta opção deixa plenamente em aberto as opções para o financiamento de projectos territorializados (produção de energia renovável territorialmente valorizada, projectos agro-turísticos inscritos na estratégia territorial de desenvolvimento, etc.)

RED inscreve-se plenamente nesta orientação do financiamento rural para o após 2013. Continuamos a propor a estruturação do financiamento do desenvolvimento rural num fundo único, organizado em volta de três eixos:

- Eixo 1. Apoio ao financiamento dos projectos de desenvolvimento durável, tendo por referência a abordagem LEADER (em particular tomando o espírito do LEADER 1 como referência);
- Eixo 2. Apoio ao desenvolvimento da agricultura territorializada;
- Eixo 3. Apoio ao desenvolvimento da engenharia e dispositivos ou ofertas de formação territorializada (formação para o desenvolvimento territorial integrado).

3. FINANCIAMENTO DA COESÃO TERRITORIAL

RED luta desde 2002 para que a coesão territorial se organize especialmente através de pólos urbanos e rurais em inter-relações fortes e equilibradas. A Direcção-Geral Regiões (DG REGIO) partilha deste nosso ponto de vista.

Para nós, tratar-se-ia de articular da seguinte forma três Fundos específicos inscritos no orçamento da União Europeia:

- Um fundo urbano encarregado de acompanhar o financiamento dos projectos integradores dos Pólos Urbanos.
- Um fundo rural, de acordo com o anteriormente descrito.
- Um fundo regional, encarregado de financiar as grandes infra-estruturas Regionais e as acções encarregadas de organizar os intercâmbios entre pólos rurais e urbanos.

Um instrumento ou dispositivo comunitário: o GEDT - Agrupamento Europeu de Desenvolvimento Territorial, com a vocação de servir de suporte à concepção e implementação de projectos de desenvolvimento integrado, durável e solidário e de cooperações entre pólos rurais e urbanos.



NO FUTURO OS FINANCIAMENTOS EUROPEUS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, PARA A COESÃO EM GERAL OU AINDA PARA A AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO RURAL EM PARTICULAR, DEPENDERÃO DIRECTAMENTE DUM CONTEXTO ORÇAMENTAL DIFÍCIL

- Da visibilidade e do efeito produzido por acções precedentes semelhantes.
- Da capacidade dos territórios e dos seus actores para demonstrar a pertinência das suas propostas em relação aos grandes objectivos da competitividade e do desenvolvimento durável.

A competição mundial cada dia mais viva, o combate a travar contra as mudanças climáticas, as acções de manutenção da Paz cada dia mais numerosas, tudo a exigir maiores compromissos da U.E., impõem crescentes tensões sobre a política orçamental da União.

Para além do acompanhamento atento das negociações já iniciadas, durante as quais nos devemos mobilizar para conseguir o melhor orçamento possível, é sobre o impacto e resultados da aplicação dos fundos do presente quadro de programação que devemos concentrar os nossos esforços, cientes que é disso que podemos retirar os melhores argumentos para o reforço dos financiamentos futuros. ■

À PROCURA DE UM NOVO MODELO INSTITUCIONAL AGRO-RURAL

É preciso uma nova abordagem Agro-Rural, que permita dar valor aos territórios e aos produtos rurais e criar auto-estima nos produtores rurais.

É importante criar dinâmicas de desenvolvimento em 80% dos nossos territórios, com uma visão larga do futuro, associando produção agro-alimentar com uma floresta multifuncional, com a produção energética e com a conservação da natureza, promovendo novas formas de visitação, fruição e recreação nesses enormes espaços eco-rurais. O futuro das áreas rurais faz-se pelas economias da produção, da conservação e da recreação.

Os produtos valorizam-se pela qualidade, genuinidade e ligação à terra. É preciso que se criem ligações à economia local, para criar a aglomeração de actividades em torno de uma ideia, de um projecto, público ou privado, e a criação de uma gama de produtos diversificado. O futuro é dos mercados de proximidade. Significa produzir para trazer gente ao local, em nichos de mercado, devidamente organizados.

A auto-estima cria-se demonstrando por um lado o capital social e simbólico das áreas e produções rurais e mudando o discurso quanto ao presente e ao futuro. A aposta na qualificação dos agentes e pessoas do mundo rural é um outro aspecto da política de desenvolvimento rural que deve ser valorizado. A qualificação é crítica para o combate à exclusão social do mundo rural.

Os serviços prestados pela agricultura e pelas actividades rurais vão para além dos produtos em si. São muitos os bens públicos gerados por essas actividades: (1) o montado de sobro em Portugal é o mais belo exemplo de preservação de biodiversidade na Europa, além de produzir o único produto em que Portugal é líder mundial – a cortiça; (2) a produção de raças autóctones é, além da produção da magnífica carne mirandesa, arouquesa, barrosã ou alentejana, a forma de preservarmos raças portuguesas; (3) o regadio da Cova da Beira é a oportunidade para se desenvolverem culturas de regadio, de que o olival, com elevadas produtividades e azeite de excelente qualidade, é um bom exemplo; (4) o Douro, o Douro rio e socalcos, património da Humanidade, onde os agricultores são produtores de vinho e de uma das paisagens mais belas do mundo; (5) as aldeias históricas da Beira Interior, exemplos vivos do património rural do país, que deve ser preservado como um serviço à história e cultura nacional.



Miguel Freitas

[Coordenador de Agricultura e Pescas da REPER - Representação Portuguesa Junto da União Europeia
Porta-Voz de Portugal no Comité Especial de Agricultura]

É PRECISO UM DISCURSO POSITIVO, QUE RECOLOQUE A QUESTÃO AGRÍCOLA, NÃO NUMA PERSPECTIVA SECTORIAL, MAS DE UMA NOVA “CAUSA NACIONAL”

Uma nova cultura rural, que crie a ideia de um mundo rural moderno, na senda do futuro. Uma cultura rural de modernidade, das novas tecnologias, das energias alternativas, dos produtos alimentares seguros e de qualidade, da produção de ambiente limpo e perene, com a preservação da biodiversidade e das nossas potencialidades endógenas, com aposta em mais investigação e inovação. Com sectores organizados, competitivos, rentáveis e sustentáveis. Com actividades geradoras de emprego.

É preciso um discurso de envolvimento, dos actores, mas também de todos os cidadãos para uma nova causa: o nosso mundo rural.

É também neste prisma que é importante envolver a comunidade escolar para a percepção da importância do mundo rural e a promoção da educação para a alimentação saudável, através de um programa de distribuição gratuita de fruta e legumes nas escolas, pode ser o catalizador para o conhecimento da riqueza e diversidade do nosso mundo rural nas escolas.

É preciso mostrar o muito que temos e fazemos de bom no nosso mundo rural.



É PRECISO UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE, COM UMA ADMINISTRAÇÃO DE MISSÃO

Um novo modelo de intervenção, passando de uma visão agro-sectorial para uma visão agro-rural. Um novo modelo de intervenção, recriando projectos numa perspectiva de aglomeração de actividades. O país deve ter um programa RURIS à imagem do que fez para a cidade com o POLIS. Em cada região, há pelo menos dois projectos que merecem apoio, ou na lógica de fileira ou numa perspectiva de projecto territorial. O programa LEADER constitui um importante elemento de demonstração de como pode funcionar o novo RURIS, já não apenas para a diversificação de actividades, mas para o desenvolvimento integral do mundo rural em Portugal.

É preciso concentrar esforços, que gerem uma verdadeira mudança. Recursos humanos e financeiros. Com uma nova engenharia no apoio aos projectos, através da subvenção global; com maior participação e responsabilização dos agentes associativos na gestão e execução dos programas. E uma administração de missão em cada um desses projectos. Com objectivos, prazos e necessidade de resultados. Missão significa dedicação, mas também, eficiência e eficácia. ■

APOIOS AO DESENVOLVIMENTO RURAL - CONCEITOS E RETICÊNCIAS

João Carlos Pinho

[Minha Terra - Federação Portuguesa das Associações de Desenvolvimento Local]

Presentemente vivemos uma conjuntura em que as economias dos países estão, cada vez mais, sujeitas ao fenómeno da globalização, ou seja, o mundo é cada vez mais uma aldeia global e, recentemente, temos sentido, por isso, que o destino de cada país é fortemente condicionado pelos acontecimentos mundiais. A globalização, a que assistimos e na qual participamos, tem sido possível, graças a mudanças políticas, económicas, sociais, culturais, religiosas, e tecnológicas, verificando-se que é, por vezes, mais fácil, por exemplo, deslocarmo-nos de país para país do que de cidade para cidade, dentro do mesmo país.

Não poderemos, assim, dissociar o desenvolvimento rural em Portugal do contexto e do domínio onde se insere, tendo, forçosamente, de ter em conta a realidade a que se assiste neste âmbito, no mundo e principalmente na Europa.

Tem-se reflectido muito, na Europa e no mundo, sobre a problemática do Desenvolvimento Rural, tentando-se encontrar algumas respostas. Por um lado, porque os meios rurais estão a ficar abandonados, com todas as consequências que daí advêm, como, por exemplo, a degradação da paisagem, o aumento dos riscos de incêndio nas florestas, a degradação do património e da cultura destas zonas e, por outro lado, porque se avolumam problemas de exclusão social nos meios urbanos, dado que estes não absorvem toda a mão-de-obra disponível e é crescente a degradação das condições de vida nestes meios. Verificamos, no entanto, que todas as reflexões têm subjacente um objectivo que poderá ser definido como a melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas áreas e regiões rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem princípios como os da eficiência económica, da equidade social e territorial, da qualidade patrimonial e ambiental, da sustentabilidade, da participação democrática e da responsabilidade cívica.

Na Europa, a diminuição da importância do sector agrário na economia e os problemas gerados pelas apostas iniciais da Política Agrícola Comum (PAC) levaram à reforma da mesma em 1992, configurando-se a necessidade de complementar a PAC com políticas sócio-estruturais, com a participação activa dos agentes mais ligados ao território local. É neste contexto que surge a Iniciativa Comunitária LEADER, que se poderá apelar de primeiro instrumento financeiro colocado à disposição das zonas rurais destinado a apoiar o cumprimento dos objectivos definidos pelas forças vivas de cada território. A última década e meia de trabalho, assente na metodologia LEADER, provou as vantagens do trabalho assente em parcerias locais, e com base numa abordagem “bottom-up”.

O reconhecimento dos méritos da metodologia LEADER ficou a dever-se à qualidade do trabalho realizado nos territórios rurais europeus, onde os agentes de desenvolvimento rural conseguiram demonstrar e provar aos decisores políticos nacionais e europeus que o acrónimo “pensar-planear-projectar-decidir local” era a melhor opção para o desenvolvimento dos respectivos territórios.



A Comissão Europeia reconheceu a metodologia LEADER como a aposta para o desenvolvimento do espaço rural europeu, considerando que as políticas nacionais de desenvolvimento rural deveriam incluir, com carácter obrigatório, a Abordagem LEADER. Esta obrigatoriedade ficou a dever-se ao facto de algumas administrações centrais de alguns países europeus considerarem e teimarem que a centralização de todas as decisões, mesmo que asentes apenas em lobbies político-partidários, é a única forma de desenvolvimento possível.

Portugal, embora com algumas reticências relativas à metodologia LEADER e realizando uma programação assente numa formatação nacional, deixando pouco espaço às especificidades locais e territoriais, lá foi aceitando, que a metodologia experimentada e provada desde 1991, tinha dado frutos e que poderia apostar, para o período de programação comunitária 2007-2013, nas parcerias locais para a continuidade de um trabalho com provas dadas.

O que seriam hoje as actividades tão características do meio rural português como o artesanato, o turismo rural, os produtos locais de qualidade, as actividades de animação, a preservação dos valores culturais, sociais e ambientais, entre tantas outras, sem o trabalho das parcerias locais, dos denominados Grupos de Acção Local e das suas equipas técnicas? Provavelmente, muito provavelmente, a desertificação do mundo rural português seria hoje muito maior e não era, certamente, a alternativa que hoje se perspectiva para muitos que se iludiram com o “eldorado” urbano, farto em promessas mas magro em soluções.

O financiamento de projectos, com base na metodologia LEADER, permitirá garantir rendimentos e fixar as populações nos espaços rurais, encarando o desenvolvimento destes meios em termos globais, diversificando desta forma as actividades económicas e preservando valores culturais, sociais e ambientais. ■

DUAS CONVERSAS BEM DIFERENTES

– “QUANDO OS CABREIROS QUEREM
ATÉ OS CHIBOS DÃO LEITE” (Zebreira)



– “QUANDO AS PESSOAS SE JUNTAM
ATÉ OS LOBOS FOGEM” (Póvoa do Rio Moinhos)



Prosseguindo com a prática de ouvir os outros sobre os grandes temas que vão sendo abordados, desta vez procurámos dar vez e voz a pessoas de diferentes origens, sensibilidades, condições e interesses, experiências que temos a intenção de repetir e alargar se possível.

Aqui vos deixamos uma síntese dessas conversas, dado o tamanho dos registos, apenas podemos destacar partes do todo, pelo que, desde já, pedimos compreensão aos participantes destes momentos sempre muito gratificantes pela riqueza e abrangência dos assuntos abordados.

Para vencer as dificuldades de acesso à comercialização dos nossos produtos, a nível de proximidade como em mercados distantes, dada a nossa micro-produção, só agrupando-se será possível ganhar a escala necessária para competir, em qualidade e preço, com os já donos dos mercados, inclusive do nosso.

Embora dito de diferentes maneiras, o sentido das diferentes frases em destaque é o mesmo.

A questão da necessidade e dificuldades de juntar e motivar as pessoas para empreenderem projectos conjuntos, impossíveis de conceber e realizar individualmente, foi assunto recorrente e insistentemente apontado como o grande obstáculo a vencer.

ZEBREIRA: CONVERSA À MESA DO CAFÉ “A SECO”

“Quando os cabreiros querem... até os chibos dão leite”

O que sempre se pensou, mas só aqui se disse:

“Em minha opinião, o mundo rural é aquele que tem pago sempre o pato de todas as evoluções do mundo desenvolvido”.

“No tempo do Salazar, o nosso destino ficando na terra seria ser pastor, ou guardar vacas, ou ser um bêbedo. A solução era emigrar para outros países, ou mesmo migrar para a capital. Saíamos daqui com uma mão à frente e outra atrás à procura de vida melhor”.

“Falam que antigamente é que era difícil. E agora? Hoje as pessoas querem emigrar... para onde? Antigamente, os nossos pais diziam o seguinte: “Oh filho, sai daqui, que isto não é vida”. E eu que actualmente tenho um filho quase formado, vou dizer-lhe “sai daqui”? Para onde? Não dá para empregar toda esta gente que estuda na sua área de formação. Portanto, o meu filho vai para onde? Antigamente, qualquer pessoa emigrava com uma mão à frente e outra atrás, mas facilmente arranjava trabalho e dinheiro. Hoje em dia, qualquer pessoa que emigra, sai como uma mão à frente e outra atrás e vem de lá com as duas atrás!”

“Hoje, um pastor já ganha mais do que uma pessoa formada. Antigamente, qualquer um servia para pastor, agora já não, agora até já se escolhem os pastores. Tenho lá um pastor que já ganha

1300 euros por mês. Há uns anos, tinha de sair para as terras frias para encontrar um pastor; hoje, se eu preciso de um pastor, aparecem-me 20. E o problema é que a desqualificação desta profissão mantém-se”.

“Como é que se explica que hajam tantas pessoas, hoje em dia, que não se importam de ser pastores? É muito fácil. Pode-se ir até de fato e gravata ordenhar os animais que já não nos sujamos. E ganha-se bem, até porque como é um trabalho que não dá descanso nos domingos, feriados e dias santos, eles aproveitam para subir o seu preço. E, se for preciso, ainda se baldam ao serviço em dias de festa”.

“Uma coisa é certa: no mundo rural, eu nunca vi nenhum empregado ser castigado pelo Tribunal de Trabalho. Mas os patrões são!”

“Se 600 ovelhas dessem para pagar a duas pessoas 3000 euros por mês, os senhores queriam ser uma delas? É claro que sim. Então, o problema não está em ser pastor, o problema está naquilo que se ganha e no trabalho que dá ser pastor”.

“Penso que, hoje em dia, não dá grande trabalho ser pastor. O único inconveniente é ter uma vida presa, uma vez que têm de trabalhar sábados, domingos e dias santos”.

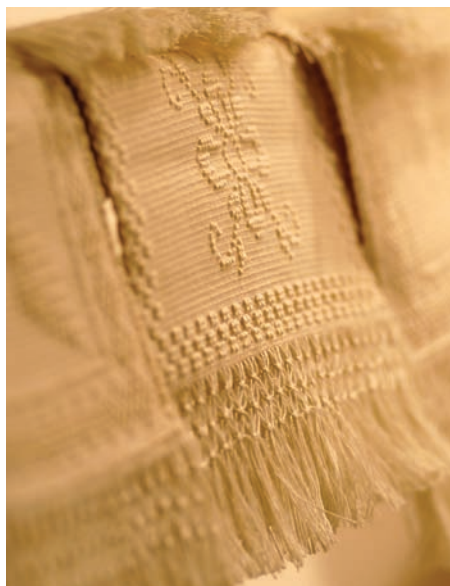
“Mas, por 3000 euros já a prisão era suportável...”

“Há 25 anos atrás, eu comprava leite de ovelha a 220 escudos cada litro. Actualmente, o preço dele ronda os 170 escudos. Pelo contrário, uma saca de ração custava-me 200 escudos e hoje custame 15 euros. Vendo o leite 30 escudos mais barato que há 25 anos e tenho custos de produção muito mais elevados que nesse tempo”.

“Quando os governantes, quando quem manda em nós, quando esses que fazem as políticas criarem as condições para que quem trabalha no campo possa vender aquilo que produz pelo preço justo, então toda a gente quer trabalhar no campo e toda a gente quer ser pastor”.

“Há uma tremenda falta de incentivo à agricultura. O problema é mesmo esse. Recentemente, deu-lhes para acabarem com o que era o bom, com o que era tradicional. Já recuaram um bocadinho, e já permitem a produção artesanal desde que não seja para venda em grandes superfícies, mas agora é tarde. Aqueles velhotes que tinham apenas 20 ovelhas e faziam um excelente queijo foram obrigados a vendê-las, porque ficaram impedidos de fazer produção artesanal de queijo. E agora não vão voltar a comprar essas 20 ovelhas para começar a produzir novamente esse excelente queijo”.

“No ano passado, pela primeira vez, cultivei hortícolas, fiz quatro hectares de pimento e vendia-o a 20 cêntimos por quilograma. O mesmo género de pimento, daquele vermelho, grande e bem embalado era vendido nas gran-



des superfícies a dois euros por quilograma. Como é que eu posso competir com esses preços? O que é certo é que eu perdi 15 mil euros em quatro hectares”.

“Eu penso que todos somos culpados por vivermos assim. A maioria dos habitantes da Zebreira vai fazer compras a Idanha-a-Nova e a Castelo Branco às grandes superfícies comerciais, cujos produtos que têm para venda, pelo menos a maior parte, não são produzidos aqui na Região. Todos preferem adquirir os produtos de fora porque são mais baratos, mas depois não nos podemos queixar se não temos trabalho aqui”.

“E muitas vezes somos iludidos a comprar os produtos estrangeiros porque têm um aspecto muito mais apelativo do que os nossos. No entanto, não há produto estrangeiro que se equipare aos nossos em termos de qualidade”.

“Os espanhóis trabalham a sério. Qualquer agricultor espanhol faz parte de uma cooperativa. E não depende de qualquer tostão. Porque é que o espanhol entra facilmente no mercado português? Porque eles têm redes organizadas de agricultores para a produção dos produtos. Enquanto nós não tratamos das nossas oliveiras e deixa-

mos entrar o bicho, eles desenvolvem todos os processos necessários e vêm para Portugal para escoar o produto. Depois, naturalmente, que os portugueses vão preferir comprar a azeitona espanhola tratada do que a nossa azeitona com bicho”.

“Seria bom que as pessoas se comessem a questionar dos porquês das coisas. Porque é que a agricultura e todas as normas comunitárias subjacentes ao sector funcionam em grande parte dos países europeus e aqui não?”

“Os governantes governam mal, porque deviam primeiro incentivar e só depois fazer as exigências necessárias”.

“A culpa será só dos governantes ou, muitas vezes, os governados também não lutam por uma situação diferente?”

“Há quatro anos, eu tinha 500 ovelhas e fui obrigado a vendê-las. Como não tinha terrenos próprios e o cerco nos terrenos ficou cada vez mais apertado, transformando-se grande parte deles para desporto e caça ou em áreas florestais, deixei de ter sítio para ir pastar os animais. Depois, com o leite e a carne vendidos a preço de chuva e com os factores de produção a preços altíssimos, não me consegui aguentar no negócio”.

“Dizem que enquanto estiverem entregues ao intermediário, não haverá hipótese de os agricultores melhorarem a sua situação. Mas, porque é que continuamos entregues ao intermediário? Temos de criar uma cultura de associativismo, sem desconfianças, porque só unidos conseguiremos fazer valer os nossos interesses. Hoje em dia, quando se pensa em criar uma associação, imagina-se logo que os indivíduos que querem ir para o pelouro apenas o fazem para encher os bolsos e não para beneficiar os associados. Eu não penso assim. E, se vierem ter comigo para fazer parte de uma associação, eu faço. Aliás, eu já faço parte de algumas que trabalham bem”.

“Penso que o problema das cooperativas e das associações começa quando se atinge um número demasiado alargado de associados. Quando o movimento tem 20 ou 30 sócios, gere-se bem, a partir daí geram-se desconfianças atrás de desconfianças”.

“Então porque é que não se fazem muitas cooperativas de pequena dimensão, em vez de poucas cooperativas de grande dimensão? Até porque quem gere cooperativas normalmente não é gente muito preparada em termos de contabilidade e gestão. Se a estrutura tiver uma dimensão razoável, média, qualquer pessoa ainda consegue controlar e perceber, ao passo que, quando a cooperativa se torna maior, aparecem os chamados gestores profissionais, os chamados economistas, os chamados contabilistas, e ao fim de cinco ou seis anos aquilo desaparece tudo. O problema de surgirem mais estruturas associativas está no trabalho que dá em legalizar as cooperativas e em toda a burocracia envolvida no processo. Além de que, se a coisa não dá certo, dá uma dor de cabeça na dissolução do processo”.

“O problema é que as pessoas aqui querem tudo de graça, de mão beijada, sem terem trabalho algum. Se for convidar alguém para fazer uma associação, ninguém quer”.

“Outro grande problema é quando os associados cumprem com os seus deveres monetários e depois a cooperativa não lhes paga o devido. O meu filho fazia parte de uma cooperativa de vinha, acabou por deixar de produzir vinha, porque a cooperativa não lhe pagava... Muitas das cooperativas que existem no nosso país comercializam mal, pagam tardiamente e mal, e os agricultores que, muitas vezes, já vivem com dificuldades, acabam por não se aguentar no sector”.

“Depois admiram-se que os agricultores tentem vender o máximo por fora das cooperativas. Nós sabemos que é ilegal, mas não há outra forma de conseguirmos tirar algum rendimento desta actividade. Preferimos correr o risco”.

“Os regulamentos existem para orientar as cooperativas. Eles existem. No entanto, a maior parte das pessoas que estão à frente de cooperativas não são pessoas sérias”.

“O maior problema é que nós, portugueses, quando chega a hora de tomar a decisão, temos sempre medo de perder cinco e acabamos por perder 50”.

“Temos muita mania de apresentar os casos vertentes sem ir ao ponto de partida, à génese dos problemas”.

Onde está o nosso direito de vender? Quem vende para as grandes superfícies são as grandes centrais de compras a muitos quilómetros daqui. Ninguém aqui tem acesso a ir vender nada. Portanto, para terem quantidade para competir em termos de preço com esses produtos, os agricultores têm obrigatoriamente de se associar”.

“Eu acabo por, muitas vezes, preferir ganhar menos um bocadinho e vender a um intermediário para ele colocar os meus produtos no mercado, porque assim já me livro em grande parte da fiscalização”.

“Tenho a dizer que, relativamente a este último comentário, apenas vejo aqui comodismo. Preferir vender mais barato a um intermediário do que pensar noutras soluções que garantam a venda do produto a um preço mais justo é um sinal de comodismo”.

“A culpa também é do Governo, mas não só. Enquanto as pessoas não se mentalizarem que individualmente não chegam longe e que só em organização conseguem retirar o máximo benefício colectivo – como acontece em Espanha –, a agricultura portuguesa não vai sair do marasmo”.

“Atenção: legalizar uma associação é uma coisa, criar um capital social para uma associação é outra coisa bem distinta. Se a associação precisa de construir alguma coisa, é claro que precisa de dinheiro para o fazer, mas para se legalizar não precisa de dinheiro. O Homem quando quer, luta pelas coisas e chega lá. Se uma cooperativa está a ser mal gerida, os sócios que façam uma assembleia, corram com os que lá estão e ponham lá outros. Não precisam de dinheiro nenhum para fazer isso”.

“Até se costuma dizer por estes lados o seguinte – Quando o cabreiro quer, até os chibos dão leite”.

“Eu já fiz uma candidatura a dinheiros europeus para montar uma ordenha mecânica para as ovelhas e financia-

ram-me. O resultado disto é que se não o tivesse feito na altura, não o fazia hoje e, se calhar, já não tinha as ovelhas. Investi na altura certa e resultou”.

“Eles incentivam-nos a fazer determinada coisa, mas nós também temos que ter cabeça para saber o que nos interessa ou não desenvolver. Já ouvimos falar de modas na agricultura que levaram muita gente à desgraça”.

“Cada um fala conforme a carteira que tem. Se chegar a uma montra de carne, vê uma peça de carne nacional a 10 euros por quilograma. Olha para o lado e vê carne igual a cinco euros por quilograma. Leva um bife de uma e um bife de outra, a carne sabe-lhe igual, na próxima vez já só vai levar da carne mais barata estrangeira”.

“Mas a questão não está na diferença de preço daquilo que compramos. A diferença está nos resultados daquilo que compramos para a economia da nossa terra. Se comprarmos um bife de um boi que foi criado aqui e que nos custou cinco euros a mais, se calhar, significa que não se perderam mais 10 empregos. Significa que há menos 10 pessoas desempregadas na Zebreira”.

“Há coisas muito interessantes neste país, por exemplo, o funcionamento do nosso sistema de emprego. Se eu tenho uma empresa, e dou mais emprego às pessoas, ou seja, se tiro mais pessoas do Fundo de Desemprego, estou simultaneamente a impedir que aqueles que andam à procura de emprego, mas que não estão inscritos no Centro de Emprego, consigam um emprego”.

“Mas falando em bons exemplos de associações: há uns 16 anos, um grupo de pessoas formou uma associação IPSS e que tem ajudado imensas pessoas da nossa terra ao longo de todo este tempo. Há quatro anos atrás, a Câmara de Idanha-a-Nova fez um lar de idosos que entregou ao encargo da associação e, hoje, somos o maior empregador da Zebreira. Temos 20 funcionários a trabalhar para esta associação. Todos os órgãos sociais são voluntários e tudo tem dependido de uma enorme força de vontade dos membros. Há por aí muito quem diga que tiramos grandes ordenados, mas são tudo aldrabices”.



A Revista VIVER agradece aos participantes do pequeno encontro:

- **António Alexandre**, Presidente Junta de Freguesia de Zebreira
- **Sandra Robalo**, Assistente Social do Lar em Zebreira
- **Henrique Timóteo**, Reformado
- **José Freitas**, Director Técnico da Farmácia de Zebreira
- **Domingos Moreira**, Reformado
- **Maria Piedade Ramos**, Reformada e Presidente da Direcção do Centro de Dia de Zebreira
- **Maria Ofélia Roseiro**, Técnica de Farmácia
- **Maria Luísa Roseiro**, Reformada
- **Edite Paixão**, Aposentada
- **Augusto Ruivo**, Agricultor de Zebreira (Campina de Idanha-a-Nova)
- **Carla Aleixo**, Massagista
- **José Miranda Pereira**, Dono de estabelecimento comercial e agricultor
- **José Couchinho**, Reformado

NA PÓVOA DE RIO DE MOINHOS:

CONVERSA COM MESA POSTA

“Quando as pessoas se juntam, até os lobos fogem”

“Se o homem que ganha a vida a cultivar batatas ou a criar bezerros recebesse tão bem quanto o homem que ganha a vida a trabalhar nos serviços ou na indústria, o desemprego acabava-se, a violência na periferia das grandes cidades acabava-se... Finalmente existiria o equilíbrio para resolvermos os problemas da sociedade”.

“Quando em 1986 foram implementados os fundos estruturais comunitários pela primeira vez e não foi à partida definido o modelo de introdução dessas dinâmicas no país, ficámos imediatamente aprisionados pelos próprios instrumentos comunitários e pela falta deste quadro em Portugal. As políticas que, posteriormente, foram desenhadas nos seguintes três Quadros de Apoio andaram muito ao sabor do que eram as políticas dos próprios partidos que estavam no poder. Ou seja, em vez de termos um referencial de desenvolvimento assente em paradigmas bem definidos, os instrumentos de cada ciclo programático acabaram por ficar reféns de muitas intervenções, em alguns casos quase casuísticas, dos programas de Governo”.

“Aquilo que é importante debater num órgão como a DRAP Centro, que não se destina essencialmente a apoiar investimento, antes se destina mais a apoiar intangíveis e acções imateriais, assenta em poder discutir a articulação entre as várias políticas no terreno. Pretendemos que, quando se fala em espaço rural, se possa desburocratizar, monitorizar, acompanhar, implicar os actores e dar visibilidade a projectos e contribuir para o seu sucesso que até agora não tinha havido, por uma lacuna de todas estas vertentes”.

“Claramente os fundos europeus são instrumentos, são alavancas colocadas à disposição dos territórios, ou seja, à disposição de pessoas que, no caso de

Portugal, eu considero que são resistentes. As adversidades são tremendas, mas é com dificuldade que estamos a aprender a trabalhar em conjunto, em parceria. Provavelmente, o contributo que os fundos europeus imprimiram nas dinâmicas de desenvolvimento rural foi a de «forçar» as pessoas a trabalhar em conjunto para otimizar a intervenção dos fundos que eram colocados à disposição”.

“Quando as pessoas se juntam, até os lobos fogem. Pensemos nisto”

“Qual é o contributo que as pessoas que beneficiam dos fundos dão para a concepção dos próprios fundos? Quais são as necessidades que as pessoas que estão no terreno transmitem aos responsáveis da concepção dos mecanismos de desenvolvimento dos instrumentos financeiros? Como é que a informação está a ser dirigida de baixo para cima, respeitando a hierarquia do sistema?”

“Sem fundos europeus, o desenvolvimento rural em Portugal não teria progredido da forma como progrediu nos últimos anos. Mas como é que podemos nós, agentes, aprofundar a questão da cooperação no terreno? O PRODER veio reforçar este parâmetro com a criação dos Grupos de Acção Local (GAL). Os GAL elaboraram uma Estratégia Local de Desenvolvimento precisamente para obrigar à criação em sessões de debate, captando diferentes contributos de quem trabalha no território, para uma definição mais adequada da aplicação dos fundos”.

“Penso que nas políticas não se avalia a bondade das mesmas, mas sim a sua eficácia. E, em termos de eficácia, a situação ao nível dos impactos é brutalmente negativa. A avaliação das políticas é um bluff, é uma caricatura, é um exercício que não passa da alcatifa do gabinete se não se guiar por um paradigma, se não tiver um conjunto de características e objectivos quantificados e qualificados que constituirão a grelha para essa mesma avaliação”.

“Os políticos apropriaram-se dos fundos. E nós, enquanto cidadãos ou agentes no processo de desenvolvimento do nosso território, podemos fazer muito

pouco, porque tudo está formatado, precisamente pelos políticos. E, portanto, só pode dar asneira, uma vez que não temos liberdade para fazer projectos. E depois ainda fazem de nós culpados por não fazermos as coisas”.

“Foi um crime andar a gastar milhares de milhões de euros em infraestruturas para a qualidade de vida quando já se viu há muito tempo, há mais de 10 anos, que esta forma de desenvolvimento estava esgotada. Agora, realmente temos uma grande qualidade de vida, mas não temos cá pessoas para usufruir dessa mesma qualidade de vida. E há um estudo que prevê que Lisboa e Porto vão concentrar mais de 70 por cento da população. Quero mesmo ver quem é que vai ser responsabilizado por este crime”.

“Se, inicialmente, as coisas, em termos de fundos, começaram bem – de que é exemplo a cultura do tabaco, que se equiparava ao nível europeu, e que é a prova de que os portugueses, sobretudo desta Região, são capazes de emprender projectos de grande envergadura e qualidade –, o enquadramento que posteriormente veio a ser dado às actividades, estragou tudo”.

“A postura das empresas em sistema monopolista é totalmente errada. No dia em que os portugueses se aperceberem que, a nível nacional, existe apenas meia dúzia de empresas que sacam toda a riqueza deste país para investirem no estrangeiro e ainda são ovacionadas por isso, talvez as coisas mudem. E essas empresas, ainda por cima, têm apoios que nunca mais acabam. É o país que temos”.

“A única coisa que eu quero é que esses fundos cheguem à terra e que não se fiquem por cima”.

“Ao longo dos últimos 30 anos, o mundo rural conheceu índices de desenvolvimento estrutural importantíssimos. Isso não está em causa. Sobre o futuro dos fundos estruturais, posso dizer que o fundamental é que, agora, estejamos todos em uníssono na alteração do paradigma do desenvolvimento. A alteração paradigmática no trabalho que todos devemos fazer assenta na eliminação do egoísmo e do

individualismo. Primeiro, não partilhámos aquilo que fazemos, temos a tendência de esconder, de não mostrar, de não divulgar. Depois, «não podemos ver uma camisa lavada a ninguém», como se costuma dizer. O paradigma do futuro é simples: todo e qualquer investimento feito no mundo rural tem que englobar em unísono três actores fundamentais: o poder local, regional e central; as iniciativas do foro privado; e as iniciativas das associações de desenvolvimento, industriais e comerciais – todos os projectos têm de ser concertados nesta triologia, com o objectivo claro da criação de riqueza e de mais postos de trabalho”.

“Alguém falou aqui em parques fundos, mas as ELD’s dos Grupos de Acção Local têm hoje um orçamento como nunca tiveram nos anteriores Quadros Comunitários. Por isso, não vamos dizer por aqui que os fundos não estão à nossa disposição. É verdade que haverá algumas dificuldades de engrenagem e de arranque, mas os fundos estão aí”.

“Não podemos falhar neste momento. Se falharmos agora, é uma oportunidade perdida talvez para sempre”.

“Estamos ricos em infra-estruturas (estradas, piscinas, centro culturais, etc), mas regredimos economicamente. Passando pelas estradas das freguesias rurais da BIS, verificamos o abandono dos campos. Isto, porque dificultam imenso a vida aos agricultores. Eu que sou uma pessoa minimamente esclarecida, se hoje quiser meter um projecto, não sei onde me devo dirigir.

“O impacto dos fundos estruturais na economia real e nas regiões, na nossa em particular, ficou muito aquém da eficácia proposta e definida nos programas de actuação”.

“A filosofia que tem prevalecido nos programas, incluindo nos comunitários, tem sido a de olhar para o desenvolvimento sectorial dentro do mesmo território. E quando os programas são de natureza sectorial e há vários programas dentro do mesmo território, na prática dá confusão. E perda de recursos. Uns a fazer coisas que outros também fazem. Confusão na disputa



de competências sobre o mesmo território. Então, andamos todos de costas voltadas uns para os outros, porque as políticas não são territoriais. Esta, quanto a mim, tem sido uma das maiores dificuldades de execução no terreno dos dinheiros postos à disposição”.

“Estamos em meados de 2009 e nenhuma das associações que trabalharam afinadamente na apresentação das suas estratégias para o desenvolvimento dos seus territórios recebeu até agora um único tostão referente ao período programático de 2007-2013 de execução do Eixo 3 do PRODER. Ou seja, nem todos

os problemas de eficácia se devem àqueles que estão no terreno, mas sim àqueles que impedem que os que estão no terreno possam trabalhar”.

“Temos de pensar numa estratégia que seja a nossa estratégia, independentemente dos fundos ou das formas onde vamos buscá-los”.

“Um problema novo e que vai agudizar-se é que vai passar a existir terra a mais, porque está inculta e abandonada e nem sequer é floresta, é apenas um conjunto de vegetação florestada por geração espontânea”.

“O desenvolvimento local foi apropriado pelo poder autárquico. O poder autárquico tornou-se dono do desenvolvimento local, que tem sido feito à medida do seu papillon. Hoje já muito mudou, mas ainda assim fico com os cabelos em pé de cada vez que vejo que as feiras e os certames de cada localidade, organizados pelos municípios e juntas, pagam com os fundos comunitários cachets exorbitantes a artistas completamente exteriores ao concelho ou à região. Só esse dinheiro representa mais do que o apoio num ano inteiro às associações e às colectividades, àquilo que é genuíno e autêntico no seu próprio território”.

“Não se conseguiu definir uma hierarquia de marcas com a expressão identitária do território de origem dos produtos. Como é que é possível, e tomando como exemplo o Queijo da Serra, que se certifique menos queijo hoje do que há 5 ou 6 anos atrás? Porque é que não se cria a marca «Beira Baixa» e daí é que sairia o Queijo da Idanha, o Queijo de Alcains, o Queijo da Malcata, o Queijo da Serra? Porquê?”

“Eu penso que, nos próximos quatro anos, grande parte das Câmaras Municipais vão acabar, por quatro razões: Porque gastam demais e o que gastam não é reprodutivo. Porque se puseram a jeito.

Porque o país não aguenta este custo. Porque 80 ou 90 por cento dos Presidentes de Câmaras não vão concorrer”.

“Não entendo como é que se continua a apostar apenas em Lisboa... os investimentos são todos concentrados em Lisboa e não há nada para os outros. Eles comem tudo”.

“Quando se diz que, em Lisboa, é que decidem as políticas e as orientações e que a Direcção Regional da Agricultura apenas as executa, penso que é exactamente isso que nós queremos evitar. A Direcção Regional do Centro deve ser a representante de todos os anseios e ambições dos agricultores e dos residentes do mundo rural na nossa Região e, logo, deve ser o interlocutor privilegiado na transmissão de todos estes problemas ao Governo central. É esta instituição que tem de

assumir este papel e até agora tem-no feito muito pouco, porque está desligada da realidade da agricultura, da floresta e do mundo rural da sua zona de intervenção”.

“Em termos globais, há terra a mais e abandonada, há desertificação, há falta de gente activa e paralisação das actividades por uma só razão: num dado momento, os produtores do sector primário perderam o poder político e deixaram de mandar na sociedade. Portanto, durante estes últimos 50 anos, quem produz no sector primário foi obrigado a produzir abaixo de custo ou, quando muito, a sobreviver abaixo do nível médio dos outros sectores. Enquanto este tipo de trabalho não for socialmente rentável, para que as pessoas vivam dignamente dessa actividade, a desertificação está aí e vai agravar-se inevitavelmente”.

“Há um problema de diálogo entre os organismos públicos que definem as políticas com os seus representantes regionais e com a sociedade civil. Como é que os empresários podem esperar ser ouvidos, quando a Administração não se ouve a ela própria? As políticas são definidas em gabinetes, bem isolados do que os rodeia, e tudo isto se agrava com o problema da falta de renovação de políticos, uma vez que não há limitação de mandatos”.

“Penso que aqui se aplica uma célebre frase do Eça de Queirós que reza assim: os políticos tal como as fraldas devem ser mudados com frequência pela mesma razão”.

“Mesmo nas universidades e politécnicos, há gente de gabinete a mais. Muitos dos próprios professores não têm ligação ao mundo empresarial; grande parte deles nunca trabalharam numa empresa... simplesmente acabaram os seus cursos e ficaram imediatamente a leccionar na escola onde se formaram, sem terem conhecimento de qualquer outra realidade. Ainda no ano passado, como fazia parte da Assembleia do Politécnico de Castelo Branco, propus acabar com algumas das suas seis escolas superiores. Seis escolas implicam seis directores, seis regulamentos, seis conselhos científi-

cos, seis conselhos pedagógicos, seis secretarias, seis departamentos... E na votação consegui apenas reunir três votos a favor. E outra coisa... Para mim, e isso já é feito dessa forma em Granada, Espanha, o ensino superior não devia ser financiado consoante o número de alunos que tem, mas pelo número de projectos a que se propõe”.

Agradecemos reconhecidamente aos participantes:

- **João Fernandes Antunes**, Cooperativa de Produtores de Queijo da Beira Baixa
- **Luís Beiral**, Caixa Geral de Depósitos
- **Raquel Pires**, Associação de Desenvolvimento Pró-Raia
- **José Serra dos Reis**, Associação de Desenvolvimento ADERES
- **Alexandre Ferraz**, Associação de Desenvolvimento Raia Histórica
- **César Amaro**, ACICB - Associação Comercial, Industrial e Serviços de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão
- **Marta Ribeiro Telles**, AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior
- **Luís Costa**, Sociedade Agrícola EDIAGRI
- **Adelina Martins**, DRAP Centro - Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
- **Pedro Dias**, Município de Idanha-a-Nova
- **Lopes Marcelo**
- **José Alberto Almeida Garrett**, AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior
- **Carlos Lourenço**, Rodoliv/Lourenço & Filhos, Lda.
- **Benjamim Rafael**, NERCAB - Associação Empresarial da Região de Castelo Branco
- **José Pinto de Azevedo**, Sociedade Agrícola Horta Grande ■



Ana Paula Fitas

[Doutora em Ciências Sociais - Estudos Portugueses - Cultura Portuguesa do Século XX]

MUNDO RURAL

– UM DESAFIO IDEOLÓGICO AO INVESTIMENTO

A Europa não é um conjunto de cidades que vemos na televisão, aquelas para onde se viaja em férias ou em trabalho, os paraísos do desenvolvimento, da riqueza, das luzes e da tecnologia. Encontram-se na Europa, é certo, muitas cidades, belas cidades, cheias de História, cultura, comércio, arquitectura e tecnologia de ponta, mas, a Europa é um território muito mais vasto e diverso do que esse mosaico de fantasia a que a comunicação e a política nos conduzem as imagens e as representações. Não! De facto, a Europa é como todo o planeta e o nosso pequeno país, um espaço imenso, rural, empobrecido e, cada vez mais, abandonado.

Estamos hoje, sem disso nos darmos conta, a pagar o preço de um dos riscos da sociedade da informação, mediática e global que construímos. Estamos hoje, mais uma vez, deslumbrados como vem acontecendo a uma velocidade vertiginosa desde meados do século XX, com redes sociais e meios de comunicação que nos fazem esquecer a realidade e nos iludem com uma proximidade que nos afasta do mundo concreto em que vivemos. Uma espécie de realidade virtual tomou conta do nosso

imaginário invadido de informação e opinião vinda de todo o mundo e acessível de múltiplas formas... e a proximidade ilusória desta rede globalizada de comunicação afastou-nos de nós e da terra que habitamos.

Apesar da reduzida visibilidade pública que a comunicação social lhe permite, o mundo rural europeu é ainda a maior parte do nosso comum território continental e as suas populações defrontam-se com os mesmos problemas que reconhecemos no nosso próprio território: a desertificação, o desemprego, as migrações, a falta de capacidade de fixação populacional, a estagnação sócio-económica e a depressão social... e desta realidade partilhada consta um facto de importância crucial que paira, como uma ameaça e uma esperança, sobre todos nós: o apoio financeiro ao investimento em



meio rural... ou melhor, a sua falta, a sua escassez, a sua ausência.

A actual crise económico-financeira, agravada de forma drástica no último ano, ao ponto de se verificarem sérias rupturas no sistema bancário com efeitos cuja extensão ainda não podemos ter a aleivosia de conhecer, fez emergir, por todo o planeta, os “fantasmas” que atormentam populações, famílias, cidadãos, empresários e políticos: o acesso aos bens alimentares, o aprovisionamento, a pobreza, os conflitos e a fome. Em causa ficaram algumas das mais básicas dimensões da sociedade contemporânea, dadas por adquiridas nas últimas décadas do século XX, designadamente, as vantagens da interdependência e da livre circulação de bens e mercadorias, num mercado que não tem capacidade para se auto-regular a não ser em cenários óptimos, teóricos e abstractos.

Coloca-se por isso, agora, à dimensão política da gestão nacional de todos os países e da própria União Europeia (para já não falar no plano internacional), o problema da auto-suficiência e da garantia de uma economia de subsistência, em cenário de crise... um problema que reedita a questão ideológica da valorização do mercado livre e da planificação económica que nos obriga a constatar, com gravidade, a

questão das condições de vida no mundo urbano e que se assume com particular seriedade no que se refere ao mundo rural, abandonado há décadas pelo forte investimento público ao nível do aparelho produtivo e das condições de empregabilidade.

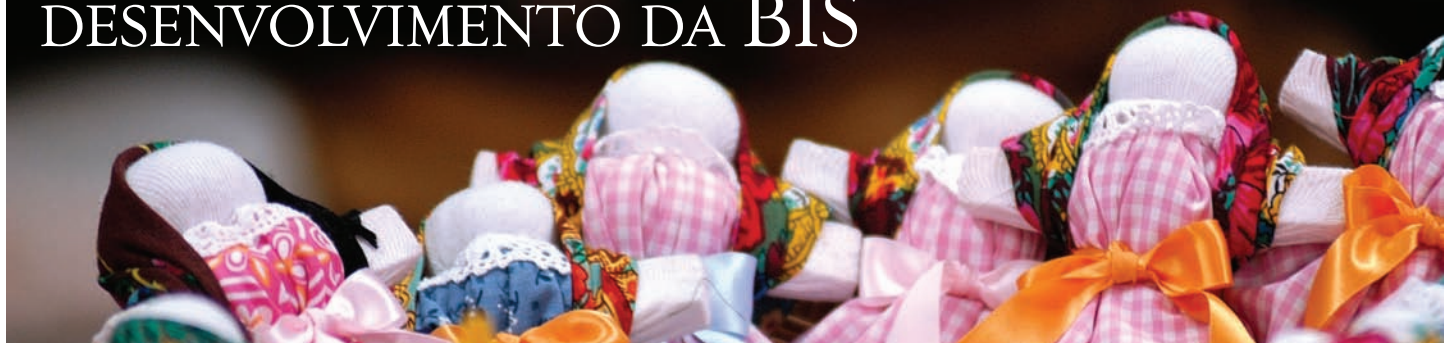
Hoje, o problema que se coloca é o de saber que apoios financeiros estão as instituições, comunitárias e nacionais, dispostas a investir e a dedicar ao mundo rural... porque, infelizmente, a tendência contemporânea na ideologia da modernidade é, ainda, a de privilegiar o crescimento das cidades apesar da consciência do risco das assimetrias de desenvolvimento, da concentração populacional e do empobrecimento. A História explica a emergência das grandes metrópoles, resultantes da crença de que a concentração territorial dos sectores secundário e terciário, pela redução de custos na distribuição dos produtos e no recrutamento da mão-de-obra, bastariam para a criação da riqueza; porém, a actualidade demonstrou a fragilidade e insuficiência deste modelo, denotando a urgência do investimento no sector primário revitalizado e a desconcentração do investimento industrial.

Em causa está a capacidade de privilegiar as condições de vida das pessoas e de promover o equilíbrio do desenvol-

vimento... e só depois de resolvido este dilema da modernidade e de concretizada politicamente esta opção, poderemos aspirar a que os apoios financeiros, nacionais e comunitários, sejam dirigidos em quantidade e qualidade, para o mundo rural. Nessa altura, se ainda existirem, os fundos comunitários direccionados para o desenvolvimento rural e regional, poderão então ser geridos pelas comunidades, organizações e instituições vocacionadas para o efeito e devidamente integradas no território... até lá, o que, feitas as contas, se destinar ao mundo rural, continuará a ser gerido pelas cidades que continuarão a olhar para a ruralidade como um espaço de lazer e não como um espaço para viver... é a perspectiva “dos outros” sobre “os outros”... uma perspectiva perfeitamente desadequada ao mundo rural que precisa de ser pensado como um espaço “nosso” e “para nós”...

A mudança de perspectiva precisa, por tudo isto, de ser estudada e repetida à exaustão... criar condições para o efeito é um passo essencial para o processo de desenvolvimento que implica a capacidade de canalizar verbas para o investimento local e regional... conquistar o reconhecimento do valor do mundo rural é hoje uma Causa da sociedade contemporânea... uma Causa que justifica todos os esforços e o esforço de todos... por todos nós! ■

A INICIATIVA LEADER COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL: O SEU CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BIS



O Programa LEADER, Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural, lançado em 1991, foi um programa público desenhado para apoiar a **Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural - L.E.A.D.E.R.**, a partir de uma perspectiva de actuação local, que teve no meio rural o seu âmbito de intervenção e a prossecução do desenvolvimento integral das áreas do seu objectivo declarado. Surgido num contexto de mudança de paradigma, em que as políticas tradicionais de apoio ao desenvolvimento de cariz sectorial passam a ser substituídas por outras formas inovadoras de intervenção no espaço, a Iniciativa LEADER representou uma nova abordagem ao desenvolvimento rural, baseada num conjunto de princípios, designados como especificidades do método LEADER:

- Apoio a estratégias territoriais de desenvolvimento, integradas e de carácter piloto;
- Abordagem territorial integrada, com um gestor intermédio civil por território;
- Abordagem ascendente (“*bottom-up*”);
- Planificação territorializada concebida e implementada por grupos de Acção Local, assistidos por amplas parcerias representativas dos interesses das populações;
- Gestão autónoma dos fundos afectos a cada Programa Local, baseada no princípio da “subvenção global” – receber para poder executar, com prestação de contas à posteriori;
- Colocação em rede e Cooperação Transnacional.

A assumpção e concretização destes princípios introduziram um novo modelo de intervenção nas zonas rurais, que hoje se identifica como referencial *européu de desenvolvimento rural*. Desde logo, ao centrar a sua estratégia de acção na avaliação local das fragilidades, potencialidades e expectativas das zonas rurais, permitiu chamar a estes territórios novos in-

teresses, novas metodologias de formular projectos e de os implementar. Esta territorialização estratégica contribuiu para a concretização de um conjunto muito significativo de realizações materiais e imateriais, infra-estruturas e investimentos de carácter produtivo diverso, que deram visibilidade e foram em muitos casos “*case study*” do desenvolvimento rural.

O LEADER constituiu, pois, um elemento vital para desencadear um conjunto de importantes acções e atitudes contributivas para um território globalmente mais competitivo. A sua implantação na Beira Interior Sul, pela ADRACES, representou um verdadeiro impulso às acções de desenvolvimento rural, fortalecendo a dinâmica organizativa local. Antes da sua implementação, as intervenções para o desenvolvimento local eram muito escassas, sendo que as que existiam se mantinham parceladas, sectorializadas e isoladas.

Ao longo de 16 anos foram aprovados, na Beira Interior Sul, 266 projectos com uma comparticipação de 7.563.496 euros em diversos eixos de intervenção tão díspares como o Ambiente, Cooperação Transnacional, Diversificação e Modernização da Economia Local, até ao Turismo em Espaço Rural, estando sempre presente a meta do desenvolvimento sócio-económico do território da BIS.

Actualmente, a abordagem LEADER encontra-se num momento crucial da sua evolução. As políticas de desenvolvimento rural deixaram de ser uma iniciativa de programas específicos e passaram a ser um método de política integrada no âmbito dos fundos estruturais da União Europeia. Neste novo enquadramento, o compromisso assumido pela ADRACES é o de continuar a ser um agente dinamizador e activo na construção de uma BIS competitiva e de excelência, através da maximização de sinergias e equilíbrios institucionais e multisectoriais e da articulação de programas e acções integradas de desenvolvimento territorial.

INVESTIMENTOS LEADER, POR TIPOLOGIA

Ambiente

Nº de projectos - 19
15 Requalificação ambiental
4 Acções de sensibilização
Investimento Global - 986.293

Cidadania e Animação

Nº de projectos - 40
12 Actividades socioculturais e recreativas
28 Apoio ao associativismo sociocultural (equipamentos e infra-estruturas)
Invest. Global - 1.914.956

Cooperação

Nº de projectos - 9
1 Nacional
8 Transnacional
Investimento Global - 224.135

Disseminação/Divulgação

Nº de projectos - 31
12 Divulgação e promoção de publicações de trabalho científico/cultural do território
19 Acções de divulgação de boas práticas (seminários, congressos)
Invest. Global - 634.928

Diversificação e Modernização da Economia Local

Nº de projectos - 57
19 Artesanato
11 Criação e modernização de pequenas agro-indústrias (queijarias, salsicharias, fumeiros, lagares, centrais meleiras)
13 Serviços de apoio
14 Valorização e promoção dos produtos locais
Invest. Global - 3.183.075

Formação Profissional

Nº de projectos - 5
2 Formação Profissional
3 Formação na área dos produtos locais
Investimento Global - 244.190

Turismo em Espaço Rural

Nº de projectos - 65
10 PME's a operar no mercado turístico (restauração, hotelaria, animação)
3 Projectos de turismo cinegético
1 Projectos de turismo cultural
3 Projectos de turismo de pequena dimensão
34 Promoção do turismo e melhoria da qualidade dos serviços turísticos
14 Recuperação do património histórico-cultural e de construções rurais tradicionais
Invest. Global - 3.123.445

Valorização e Comercialização das produções agrícolas e silvícolas

Nº de projectos - 29
11 Dinamização da produção de pequenas agro-indústrias
1 Divulgação e promoção de espécies autóctones
5 Divulgação e promoção de produtos locais
12 Apoio à certificação e promoção da qualidade dos produtos tradicionais
Invest. Global - 1.242.179

Despesas de Funcionamento

Nº de projectos - 11
1 Avaliação
2 Informação e publicidade
1 Móveis e equipamentos
3 Outras despesas
2 Recursos humanos
2 Sistemas de informação
Investimento Global - 986.824

Figura 1: Número de Projectos por temática

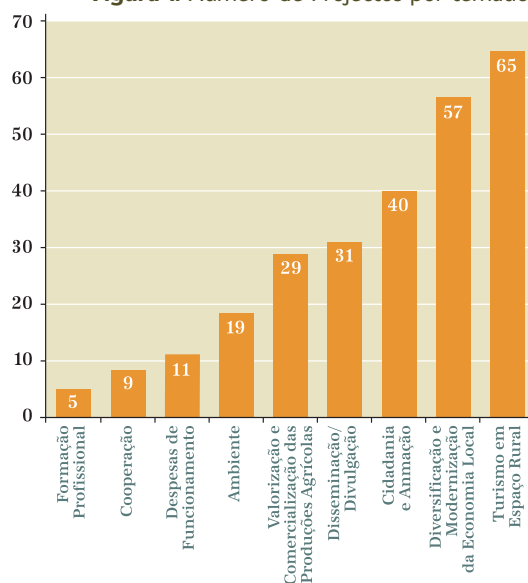
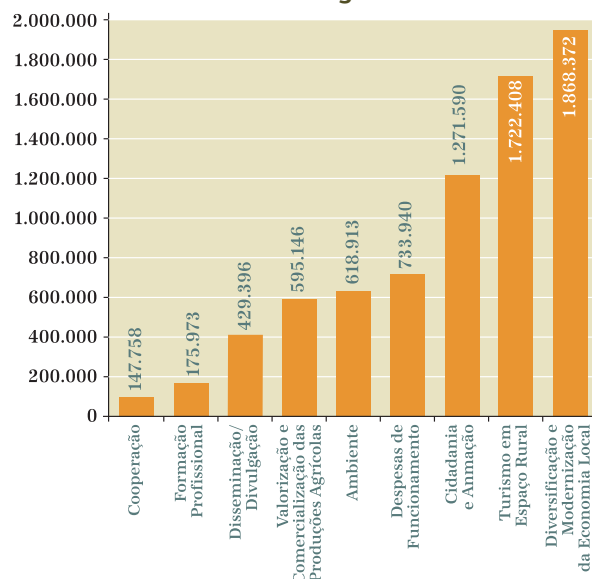


Figura 2: Investimento total



Quadro 1: Comparticipação LEADER por temática

| Temática | Projectos | Comparticipação LEADER |
|--|------------|------------------------|
| Ambiente | 19 | 618.913 |
| Cidadania e Animação | 40 | 1.271.590 |
| Cooperação | 9 | 147.758 |
| Disseminação/Divulgação | 31 | 429.396 |
| Diversificação e Modernização da Economia Local | 57 | 1.868.372 |
| Formação Profissional | 5 | 175.973 |
| Turismo em Espaço Rural | 65 | 1.722.408 |
| Valorização e Comercialização das produções agrícolas e silvícolas | 29 | 595.146 |
| Despesas de Funcionamento | 11 | 733.940 |
| Total | 266 | 7.563.496 |

O ARRANQUE DO PRODER

[SUBPROGRAMA 3]

ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL
– BEIRA INTERIOR SUL

PRODER PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013

O PRODER é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, para o período 2007-2013, aprovado pela Comissão Europeia, Decisão C(2007)6159, em 4 de Dezembro.

Co-financiado pelo FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, aproximadamente em 3,5 mil milhões de euros, envolve uma despesa pública de mais de 4,4 mil milhões de euros.

Decorrente do Plano Estratégico Nacional – PEN, que define as orientações fundamentais para a utilização nacional do FEADER, a estratégia nacional para o desenvolvimento rural escolhida em função das orientações estratégicas comunitárias, visa a concretização dos seguintes objectivos:

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

A estes objectivos estratégicos acrescem ainda objectivos de carácter transversal, como sejam, o reforço da coesão territorial e social, e a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

SUBPROGRAMA 3 Dinamização das Zonas Rurais

O **Subprograma 3** privilegia o modo de actuação LEADER, através das acções promovidas no âmbito de estratégias de desenvolvimento local e através de agentes organizados especificamente para esse efeito. Este Subprograma reserva ainda medidas para apoio ao funcionamento destes agentes e para o estímulo da cooperação entre eles. O incentivo à abordagem ascendente (“bottom-up”) é patente na estratégia nacional adoptada, em particular no terceiro objectivo estratégico nacional que assumidamente pretende ser atingido pelo desenvolvimento de acções com abordagem LEADER.

MEDIDA 3.1 – Diversificação da Economia e Criação de Emprego

Acção 3.1.1 – Diversificação das Actividades na Exploração Agrícola

Objectivos

Estimular o desenvolvimento de actividades não agrícolas na exploração criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo directamente para a manutenção/ melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

Beneficiários

Titulares de uma exploração agrícola ou os membros do seu agregado familiar.

Despesas Elegíveis

- Elaboração de projectos;
- Remodelação/recuperação de construções;
- Construções de pequena escala;
- Aquisição de equipamentos;
- Despesas imateriais.

Forma e Nível do Apoio

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis sendo que os projectos de investimento serão apoiados **até uma despesa elegível de 300.000,00 Euros**, de acordo com as seguintes regras:

| CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO* | INVESTIMENTOS ATÉ 25.000 € | INVESTIMENTOS SUPERIORES A 25.000 € |
|---|----------------------------|-------------------------------------|
| Sem criação de postos de trabalho | 40% | 40% |
| Criação de pelo menos 1 posto de trabalho | 50% | 50% |
| Criação de 2 ou mais postos de trabalho | 50% | 60% |

(*) Considera-se que um posto de trabalho equivale à utilização de uma Unidade de Trabalho Anual. À criação de postos de trabalho a tempo parcial será aplicada a regra da proporcionalidade para cálculo do nível de apoio. Os auxílios concedidos no âmbito desta medida estão em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1998/2006.

Acção 3.1.2 – Criação e Desenvolvimento de Microempresas

Objectivos

Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas.

Beneficiários

Microempresas.

Despesas Elegíveis

- Constituição da empresa;
- Elaboração do projecto;
- Aquisição de equipamentos;
- Construção ou obras de adaptação ou remodelação de edifícios;
- Viaturas indispensáveis à boa execução do projecto;
- Despesas imateriais.

Forma e Nível do Apoio

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis sendo que os projectos de investimento serão apoiados **até uma despesa elegível de 300.000,00 Euros**, de acordo com as seguintes regras:

| CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO* | INVESTIMENTOS ATÉ 25.000 € | INVESTIMENTOS SUPERIORES A 25.000 € |
|---|----------------------------|-------------------------------------|
| Sem criação de postos de trabalho | 40% | 40% |
| Criação de pelo menos 1 posto de trabalho | 50% | 50% |
| Criação de 2 ou mais postos de trabalho | 50% | 60% |

(*) Considera-se que um posto de trabalho equivale à utilização de uma Unidade de Trabalho Anual. À criação de postos de trabalho a tempo parcial será aplicada a regra da proporcionalidade para cálculo do nível de apoio. Os auxílios concedidos no âmbito desta medida estão em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1998/2006.

Acção 3.1.3 – Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer

Objectivos

Desenvolvimento do turismo e de outras actividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.

Beneficiários

Pessoas singulares ou colectivas de direito privado.

Despesas Elegíveis

- Elaboração de projectos;
- Obras de adaptação e remodelação de instalações;
- Pequenas infra-estruturas de animação e recreio;
- Aquisição de equipamentos;
- Viaturas indispensáveis à boa execução do projecto;
- Despesas imateriais.

Forma e Nível do Apoio

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis sendo que os projectos de investimento serão apoiados **até uma despesa elegível de 300.000,00 Euros**, de acordo com as seguintes regras:

| CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO* | INVESTIMENTOS ATÉ 25.000 € | INVESTIMENTOS SUPERIORES A 25.000 € |
|---|----------------------------|-------------------------------------|
| Sem criação de postos de trabalho | 40% | 40% |
| Criação de pelo menos 1 posto de trabalho | 50% | 50% |
| Criação de 2 ou mais postos de trabalho | 50% | 60% |

(*) Considera-se que um posto de trabalho equivale à utilização de uma Unidade de Trabalho Anual. À criação de postos de trabalho a tempo parcial será aplicada a regra da proporcionalidade para cálculo do nível de apoio. Os auxílios concedidos no âmbito desta medida estão em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1998/2006.

MEDIDA 3.2 – Melhoria da Qualidade de Vida**Ação 3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural****Objectivos**

Valorizar o património rural na óptica do interesse colectivo, enquanto factor de identidade e de atractividade do território, tornando-o acessível à comunidade, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento local.

Beneficiários

- Pessoas singulares ou colectivas de direito privado;
- Autarquias locais.

Despesas Elegíveis

- Elaboração do projecto;
- Obras de recuperação e beneficiação do património rural de interesse colectivo e seu apetrechamento;
- Pesquisa e inventariação de tradições culturais;
- Sinalética de itinerários culturais;
- Elaboração e divulgação de material documental relativo ao património alvo de intervenção;
- Despesas imateriais.

Forma e Nível do Apoio

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis sendo que os projectos de investimento serão apoiados **até uma despesa elegível de 200.000,00 Euros**, de acordo com as seguintes regras:

| INVESTIMENTOS | TAXA DE FINANCIAMENTO |
|--------------------------------|-----------------------|
| De 5.000,00 € até 200.000,00 € | 60 € |

Os auxílios concedidos no âmbito desta medida estão em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1998/2006.

Ação 3.2.2 – Serviços Básicos para a População Rural**Objectivos**

Aumento da acessibilidade a serviços básicos que constituem um elemento essencial na equiparação dos níveis de vida e na integração social das populações.

Beneficiários

- Parcerias reduzidas a escrito através da celebração de contrato de parceria entre entidades privadas, sem fins lucrativos, ou entre entidades privadas e públicas, sem fins lucrativos, não podendo, neste caso, a componente pública ser maioritária;
- IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) ou instituições legalmente equiparadas;
- ONG (Organizações Não Governamentais).

Despesas Elegíveis

São elegíveis as despesas com a criação do serviço, nomeadamente:

- Elaboração do projecto;
- Construção (com limite a definir) ou obras de adaptação ou remodelação de edifícios;
- Aquisição de equipamentos;
- Viaturas, quando o seu uso for indispensável à prestação do serviço a criar;
- Despesas imateriais.

Forma, Nível e Limite do Apoio

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis sendo que os projectos de investimento serão apoiados **até uma despesa elegível de 500.000 Euros**, de acordo com as seguintes regras:

| INVESTIMENTOS | TAXA DE FINANCIAMENTO |
|-----------------------------|-----------------------|
| De 5.000,00 € até 500.000 € | 75 € |

Os auxílios concedidos no âmbito desta medida estão em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1998/2006. ■

ZONA DE INTERVENÇÃO DO GAL BEIRA INTERIOR SUL**BEIRA INTERIOR SUL**

Concelho de Castelo Branco (com excepção das freguesias de Alameda, Juncal do Campo, Lourçal do Campo, Santo André das Tojeiras, São Vicente da Beira, Sarzedas, Sobral do Campo e da zona urbana da freguesia de Castelo Branco)

Concelho de Idanha-a-Nova

Concelho de Penamacor

Concelho de Vila Velha de Ródão

Contactos**ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul**

Rua de Santana, 277 – 6030-230 Vila Velha de Ródão

Telef.: +351 272540200

Fax: +351 272540209

E-mail: adraces@adraces.pt

www.adraces.pt

www.proder.pt



TEM A PALAVRA

Luís Cardoso, 47 anos
[Junta de Freguesia de Fratel]

O Homem por detrás da Junta de Freguesia de Fratel nasceu e viveu no concelho de Proença-a-Nova, até que o casamento o atraiu para Peroledo, uma das anexas de Fratel. O seu entusiasmo pela vida associativa e comunitária da pequena localidade, empreendendo projectos apenas pela força de querer, mesmo quando as verbas não passavam de miragens, levou-o a ser convidado a concorrer à presidência da Junta, há sete anos e meio, integrando a lista do Partido Socialista. Ganhou.

“NOS TEMPOS QUE CORREM, HAVER GENTE QUE AINDA TEM DE IR À FONTE LAVAR OS OLHOS É MUITO TRISTE”

Filipa Minhós

Hoje, quase a cumprir o segundo mandato, o técnico do sector de expedição do armazém da pasta da Celtejo, em Vila Velha de Ródão, assegura que não vai recandidatar-se. E a razão é simples: “não quero entrar no esquema de laxismo que invade todos aqueles que ganham algum assento na vida política. É necessário existir renovação dos cargos autárquicos. É a gente nova que nos vai tirar do marasmo e do comodismo em que hoje se vive. Ora, se aqui há jovens interessados em fazer uma caminhada autárquica, porque não dar-lhes a oportunidade?”, sublinha.

Qual é o panorama geral da freguesia?

É uma freguesia que conta 730 eleitores, inclui Fratel e 14 anexas, desde Gardete à Ladeira. Alguns dos naturais já estão a regressar, porque não perdem o sentimento de afeição pela terra. Em Fratel, existe muito bairrismo.

Relativamente às 14 anexas, o nosso grande cavalo de batalha tem sido levar a água canalizada a todas as anexas de Fratel. A norte foi fácil, por causa do acordo de fornecimento de água entre a Câmara de Vila Velha e a Águas do Centro. A parte sul da freguesia assumia-se como um caso mais complicado para levar a água potável a todos os domicílios. A A23 tem sido um grande obstáculo para o nosso desenvolvimento, os transeuntes deixaram de se deslocar à nossa localidade. No entanto, foi através desta A23, através de um protocolo assinado entre a Scutvías e a Câmara, que consegui-

mos resgatar água da concessionária para abastecer o sul da freguesia, de Fratel até Gardete, sendo esta última a única que falta canalizar. Temos lutado imenso para levar a toda a população este bem de primeira necessidade. Nos tempos que correm, haver gente que ainda tem de ir à fonte lavar os olhos é muito triste.

Fratel reúne todas as condições para uma boa qualidade de vida. Tem creche, tem escola primária, tem correios, tem lar, tem centro de dia, tem médico todos os dias.

Recentemente, conseguimos também adquirir uma caixa ATM, uma mais-valia para nós, porque antigamente as pessoas tinham de se deslocar a Vila Velha de Ródão ou a Castelo Branco para levantar dinheiro.

E possuímos uma boa rede de acessibilidades, nomeadamente através da Rede de Expressos que aqui faz escala, estabelecendo a ligação até Lisboa, e que facilita imenso as deslocações das pessoas dos concelhos vizinhos.

Dispomos igualmente de duas albufeiras – Barragem de Fratel e Barragem de Pracana –, duas fontes de riqueza a nível energético, mas que, em termos turísticos, estão totalmente por explorar.

Com tão boas condições, porque é que não vêm mais pessoas?

Este processo não se faz de um dia para o outro, mas, penso que um aspecto importante a desenvolver será a sensibilização para as vantagens de viver no mundo rural. Acredito que os casos de regresso futuramente vão ser seguidos por outros, na medida em que, nas nossas aldeias, consegue-se fazer uma gestão económica muito mais fiável apenas com um vencimento do que nas grandes metrópoles com dois. Além disso, tenho notado que algumas famílias da zona de Lisboa, que não têm qualquer tipo de ligação à nossa Região, adquiriram prédios urbanos em ruínas e os estão a recuperar. Verifica-se este fenómeno em Peroledo, Vale da Bezerra, Vermum, etc.

E Vila Velha de Ródão está a tornar-se um pólo de captação de emprego grande. A nova empresa, a AMS – Goma Camps SA, de produção de papel tissue (papel higiénico, lenços, guardanapos, rolos de cozinha, etc.) representará, no nosso concelho, nesta época difícil, entre 100 a 120 novos postos de trabalho.

Existirão outras formas mais eficazes e rápidas de atrair população para a freguesia? Em que mãos reside esse papel?

Também é missão da Junta. Mas, penso que isso passa, sobretudo, pela vontade própria de cada família. Na anexa Silveira, existem pelo menos dois casais de origem inglesa com habitação própria.

E têm passado por Silveira grandes artistas da música pop para gozar férias e descansar e que acabam por fazer divulgação da localidade na Internet. Esta é uma boa forma de atrair novas pessoas, através deste marketing feito por gente famosa.

Da parte da Junta, penso que pode desenvolver-se uma boa página na Internet. Ela até já existe, mas deixou de ser actualizada. Uma reactivação do site, focando os diversos aspectos de interesse da freguesia e estudando os potenciais públicos-alvo pode até ter algum impacto no panorama internacional.



E aqui a malograda crise sente-se muito?

Não. Por uma simples razão: 80 por cento da nossa população é aposentada. Ou seja, as pessoas que estavam habituadas a viver mediante os seus rendimentos continuam a usufruir dos mesmos, através das suas reformas.

Há alguma obra física que ainda faça falta no Fratel?

Sim. Estamos a pensar na possibilidade de construir junto do complexo de piscinas um campo de futebol e um mini parque rural de campismo e caravanismo.

Durante estes anos, investimos em três intervenções de fundo, com a encomenda ao seu criador, Sr. José Simão, no mesmo dia: o busto em bronze do Eng. Araújo Correia, que está hoje no Largo em Fratel; um baixo-relevo que homenageia Filipe Correia de Araújo, que foi quem cedeu as instalações para a criação do Posto Médico de Fratel; e uma obra dedicada ao Inspector Baptista Martins, antigo presidente da Câmara Municipal de Ródão. Todos grandes homens e beneméritos da nossa terra e que mereciam as devidas homenagens.

Quando não há verba para levar por diante a obra física, o que é que resta a um presidente de junta fazer?

Resta fazer muita coisa. E eu fiz de tudo para levantar certas obras, mesmo sem ter apoios e verbas. Quando o município não tem dinheiro para nos contemplar, os custos têm sido sempre suportados pela Junta. O que só vem mostrar que, desde que as instituições assim o queiram, há sempre possibilidade de arranjar soluções.

Passa por criar um espírito de união entre as instituições fratelenses para suportarem mais facilmente as despesas?

Exacto. Quando uma instituição não consegue, de imediato outra vem cobrir o custo, de modo a dignificar a vila de Fratel. Não havendo possibilidade da ajuda do município, suporta a junta de freguesia, quando não suporta a junta de freguesia, suportam outras instituições ou o município.

Há uns anos fizemos uma intervenção, algo precipitada, junto do Rio Tejo. Ali, existem imensas gravuras rupestres e a Junta preocupou-se em ajeitar uma passagem possível, passando por baixo da linha dos caminhos-de-ferro, para que alguém que queira conhecer as gravuras possa facilmente fazê-lo. O executivo levou por diante esta pequena obra quase sem ter custos, apenas imaginação e vontade. Aconselhamos apenas que os interessados contactem primeiro a Junta para que possamos falar com a EDP e, no momento da visita, as barragens não estejam a funcionar.

Este é um sítio em que é preciso continuar a apostar, através da realização de um projecto coerente de estratégia turística. ■



PARA QUE NINGUÉM
DUVIDE DOS QUEIXOSOS,
É POSSÍVEL
MEDIR A DOR!

Quem o afirma é o médico albacastrense VASCO JUZARTE ROLO, especialista em estomatologia e implantologia dentária, inventor ou co-inventor de um aparelho de medição da intensidade da dor. (Clínica Médica Clevergénio – Castelo Branco)

É natural de Castelo Branco?

Não. Sou natural de Lisboa e vim parar a Castelo Branco, porque não gosto das grandes cidades e preferi vir viver para o Interior. Já cá estou há 12 anos.

Diz que não gosta de cidades grandes, mas Castelo Branco não está já a ficar uma cidade grande?

Em comparação com Lisboa não.

Mas está a ficar como todas: - egocêntrica em relação ao resto do território?

Sim, talvez, mas ainda se circula bem em Castelo Branco.

Qual é a sua medida para uma cidade agradável?

Castelo Branco é agradável. Em termos populacionais e em termos de acesso a bens

de primeira precisão. É uma cidade que tem minimamente tudo o que precisamos. Outras cidades mais pequenas, como Portalegre, por exemplo, que também conheço bem, faltam-lhe muitas coisas.

A sua clientela é exclusivamente de Castelo Branco, ou tem gente que vem dos arredores e dos concelhos limítrofes?

É essencialmente de Castelo Branco, mas também temos pacientes dos concelhos limítrofes, especialmente no hospital.

De onde é que vem mais gente do meio rural?

Temos muitos pacientes de Vila Velha de Ródão. Penso que será o concelho rural que traz mais doentes ao meu consultório.

Estamos a entrevistá-lo para a rubrica “Inovadores e Pioneiros” da VIVER.

Parece que tem algo muito inovador para nos dar a conhecer...

A inovação que tenho para apresentar é que quero fazer um doutoramento no seguimento de um mestrado que estou a fazer em Coimbra de Anestesiologia e Ciências da Dor. Estou há muito tempo ligado à eliminação da dor, através de diversos cursos que fiz. Na altura tive que escolher uma tese para fazer a apresentação final do mestrado e foi nessa altura que eu inventei uma máquina para medição da dor.

E para que serve essa máquina?

Para medir a dor.

E mede-se a dor para quê?

Mede-se a dor durante um tratamento para sabermos que doentes têm sofrimento e, assim, diminuir a dor ao doente com anestésicos ou com analgésicos. O aparelho está a ser desenvolvido na Universidade da Beira Interior, na Covilhã.

É também um instrumento auxiliar de diagnóstico?

Sim, podemos dizer que sim. Em determinadas condições, serve também de auxiliar

de diagnóstico. Portanto, esta foi a minha tese de mestrado, que vou apresentar. O que já apresentei foram dois trabalhos que fiz para o Congresso Europeu de Anestesiologia em Copenhaga, onde apresentei os estudos feitos com o aparelho.

E pelo que me falou também exerce no Hospital.

Sim. Aliás, o aparelho tem sido essencialmente testado no Hospital Amato Lusitano, aqui em Castelo Branco.

É um dado mais que evidente a paixão dos brasileiros pela saúde oral. Eles dão à saúde oral uma importância que não se dá em mais parte nenhuma, pelo menos eu não tenho conhecimento. Deve-se a quê?

Penso que é uma questão cultural. Em relação aos brasileiros, penso que eles têm essa preocupação em relação ao corpo e não apenas em relação à saúde oral.

Têm o Brasil como uma referência na vossa profissão?

Não, o Brasil não é uma referência. As nossas referências aqui são os Estados Unidos da América e os Estados europeus nórdicos.

Quanto custa hoje um implante dentário?

Depende muito do tipo de implante. Mas é uma coisa que pode custar entre 300 a 800 euros por unidade.

Em Portugal, fazem-se muitos implantes?

Sim, muitos.

Sabendo que o nosso Sistema Nacional de Saúde, não abarca a saúde dentária, quais são as consequências para a população?

O nosso sistema de saúde agora tem um cheque-dentista destinado às crianças e às grávidas. Portanto, protege uma parte restrita da população, mas ainda assim já é significativo. Se conseguirmos proteger os dentes das crianças antes que elas venham a ter problemas, é já um resultado muito positivo.

Em relação às outras pessoas, é tudo uma questão de prioridades.

Em sua opinião, há muita gente que não trata os seus dentes por falta de recursos monetários?

Há, claro. E nesta época que atravessamos ainda pior. Há inclusivamente muitos que não compram sequer medicamentos essenciais à sua saúde por falta de recursos.

Há quem diga que a medicina dentária é muito cara. É verdade? Estamos ao nível dos padrões europeus?

Estamos ao nível dos padrões europeus. A diferença está em que os portugueses não ganham ao nível dos padrões europeus. E, portanto, é uma medicina cara.

E os dentistas ganham ao nível dos padrões europeus?

Ganham.

Como é que se trata a dor?

Hoje em dia, há medicamentos para atenuar qualquer tipo de dor.

Mas penso que não haverá nenhum sem ausência de efeitos secundários, ou haverá algum neutro?

A grande maioria deles não traz problemas de maior.

Podemos falar um pouco mais sobre o aparelho? Como é que o tornou sensível à dor? Conseguir explicar-me exactamente como funciona?

A dor é uma representação que cada um faz. O mesmo estímulo provoca em nós sensações diferentes e para uns pode ser mais ou menos dolorosa. E até na mesma pessoa pode variar segundo os períodos, ou os dias, ou conforme a sua disposição. Portanto, é difícil arranjarmos um aparelho que meça rigorosamente a dor. Aquilo que nós temos é um aparelho em que as pessoas têm diferentes formas de interagir com o mesmo. O aparelho tem uma escala de “não doloroso” a “dor excruciante”, que se designa por escala visual analógica e que apresenta os diversos graus de dor. Ou seja, colocamos uma régua à frente e pedimos ao doente para indicar naquela escala de não doloroso a dor excruciante o percurso que vai sentido de dor. Visualmente, a escala é apresentada através de smiles; à medida que se avança na escala, os bonequinhos vão aparecendo com caras cada vez mais tristonhas até chorar. Agora, estamos numa fase em que vamos juntar vários parâmetros. Vamos torná-lo também sonoro. Passa a ser sonoro e visual. Conforme a intensidade da dor, o doente aperta no aparelho e quanto mais força fizer ao apertar, o sinal sonoro aumenta.

É um pouco parecido com o exame de análise auditiva? Conforme os impulsos, a pessoa vai reagindo e os médicos vão anotando e por eliminação chegam a um resultado.

Exacto. E agora aos poucos vamos juntando outros parâmetros, no sentido de en-

contrarmos uma escala que se possa tornar posteriormente numa escala universal e cada vez mais exacta na medição da dor.

Ou seja, não é o aparelho que mede a dor, quem mede a dor é o paciente...

Quem mede a dor é sempre o paciente. O paciente é interactivo com o aparelho e vai registando no aparelho a sua própria leitura.

As consultas da dor já estão a decorrer aqui na clínica e no hospital?

Já decorreram quando fizemos os estudos do aparelho. Neste momento, encontramos-nos à espera de uma segunda versão do aparelho para podermos dar início ao seguimento desta versão mais alargada de medição e iniciarmos as consultas da dor, tanto aqui na clínica, como no hospital.

Mais do que um aparelho é um método!

É um método, mas que se vai tornar mais complexo agora com a introdução de novos parâmetros como a tensão arterial, a temperatura, entre outros, que se vão juntar para fazer uma escala da dor, em que o valor que a pessoa indica não seja tão crucial na medição da dor. A escala vai tornar-se menos subjectiva.

Imagine que eu sou uma pessoa que tenho pavor a dentistas, o facto de ser sujeita a essa análise da dor, pode ajudar-me a suportar esse trauma, uma vez que estou mais segura porque não vou estar sujeita a tanta dor?

Sim, pode. Nós sabemos que uma das coisas que provoca mais ansiedade nos tratamentos é a pessoa não ter domínio sobre o que lhe vão fazer. Eu já tinha feito um estudo nos EUA, em que medíamos os níveis de ansiedade das crianças em tratamento, através de uma escala visual que existe, e a conclusão a que chegámos é que, à medida que o tratamento se aproximava do fim, as crianças iam relaxando. O aparelho, como dá algum poder de controlo ao doente, uma vez que ele tem acção sobre ele, podendo apertar e indicar, diminui a ansiedade. Diminuindo a ansiedade, diminui a dor e, provavelmente, diminuirá a tensão arterial – ainda está em estudo, fica para a tese de doutoramento. Mas, penso que há um conjunto de factores negativos aliados à ansiedade dos doentes nos tratamentos que podem ser eliminados através da utilização deste aparelho. ■

MANIFESTA PENICHE'09

EXULTAR AS MATIZES CONCERTADAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL



Corria o ano de 1994, quando um grupo de cidadãos, envolvidos em iniciativas de referência do Desenvolvimento Local e crenças nas suas potencialidades para a resolução dos problemas sociais e económicos que assolavam o país nessa época, resolveram juntar-se para o debate e a partilha de ideias em torno da valorização das diferentes comunidades locais e nas respostas às suas fragilidades. Foi a primeira edição da MANIFesta e teve lugar em Santarém.

Passados 15 anos, o evento, sob os moldes de Encontro, Mostra (Feira), Festa, Debate, Manifestação, continua a realizar-se com regularidade incerta, mas sempre de forma inovadora, arrojando três objectivos primordiais: a criação e reforço de uma Rede entre cidadãos e associações empenhados nas questões do Desenvolvimento Local; a visibilidade do movimento de Desenvolvimento Local junto da sociedade portuguesa e na expressão e reconhecimento do seu papel nas instâncias de governação, assumindo-se como um parceiro com credibilidade na regulação dos problemas económicos, sociais, culturais e ambientais.

Sob a temática "A inovação social na resposta à crise - Contributos do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária", a MANIFesta'09 decorreu em Peniche, entre os dias 21 e 24 de Maio, e estabeleceu como grandes eixos de abordagem: A Inovação para a Igualdade de Oportunidades: A Empregabilidade e o Empreendedorismo como estratégias contra a crise; A importância da Ética e dos sistemas alternativos no Financiamento da Economia; A Coesão Social e a Animação Territorial em Portugal.

As organizações cívicas e solidárias, disseminadas por todo o país, assumem um papel decisivo e activo, reconhecido nos seus territórios. No entanto, é necessário assumir um reconhecimento mais criativo e eficaz por parte do poder político central, nomeadamente de forma a permitir um papel mais contínuo e sustentável destas organizações para a sua missão de promover o bem-comum.

A presente edição almejou, através do reavivamento do espírito da mobilização da cidadania, um espaço aberto de discussão e partilha de ideias e experiências - pela disseminação das comunidades de práticas dos mais diversos territórios - e no estabelecimento de parcerias concertadas, como motor de arranque para um apontar de novos caminhos de saída da crise actualmente instalada em Portugal.

ADRACES presente na Tenda da IC EQUAL

A Iniciativa Comunitária EQUAL é uma das parceiras da MANIFesta e esteve representada na Tenda Inovação Social, o grande princípio orientador da sua

acção e para o qual é o único instrumento público de financiamento em Portugal.

A ADRACES, como pertencente a uma das Parcerias de Desenvolvimento, dos 188 grupos de trabalho apoiados pela EQUAL, foi convidada a participar no evento, nomeadamente através da exposição dos dois produtos EQUAL desenvolvidos: O Dossier Verde - Guia de Práticas Promissoras. Animação Territorial e Criação de Actividades em Meio Rural e o Livro Branco para a Valorização das Actividades Tradicionais.

O primeiro resultado do projecto "Empreender (p/Desenvolver)", implementado no âmbito da IC EQUAL, para o combate ao desemprego, sobretudo mediante a qualificação de Mulheres e Jovens e promoção de iniciativas facilitadoras de empreendedorismo, através de Acções de Animação Territorial capazes de fazer emergir ideias e projectos e criar dinâmicas locais de empreendedorismo. Todo este trabalho serviu para privilegiar o contacto directo e o entrosamento dos Agentes de Desenvolvimento Local com o território e as pessoas, bem como para dispor de uma base de trabalho, de conhecimentos e contactos privilegiada.

O produto Livro Branco nasceu como processo de disseminação e de transferência de práticas e soluções inovadoras do projecto "Ex-Libris" - Reconverter/Adaptar/Certificar o Bordado de Castelo Branco, apoiado pela IC EQUAL. A certificação do Bordado, a formação das artesãs, o aproveitamento das novas tecnologias, sobretudo ao nível do desenho, para aliciar os jovens para este artesanato e para facilitar o trabalho das bordadoras, estabeleceram-se como os grandes objectivos do projecto. A valorização do património cultural contribui para o despertar da cidadania e sendo o Bordado de Castelo Branco o maior Ex-Libris cultural e patrimonial da região de Castelo Branco, considerou a Parceria de Desenvolvimento dever unificar esforços territoriais e tomar medidas proteccionistas de preservação e valorização da actividade, constituindo-a como actividade cultural e económica de referência territorial e nacional, numa lógica de desenvolvimento integrado, multifuncional e multisectorial.



O Livro Branco, já sob o âmbito da Acção 3 da EQUAL, e que integrou o projecto "Post-Libris - Transferir gerando Inovação e Valor", consiste na visibilidade e reconhecimento da prática de inovação aplicada ao produto e torná-la disponível aos públicos que dela queiram fazer uso, beneficiando estes da total disponibilidade da parceria que a concebeu.

Na tenda da EQUAL, durante todo o certame, foi possível conhecer os diferentes projectos apoiados pela iniciativa comunitária e que se realizaram pelos princípios da inovação, do trabalho em parceria, da igualdade de género, da igualdade de oportunidades, da cooperação transnacional, da participação e envolvimento activos de todos os intervenientes da Parceria de Desenvolvimento na concepção do produto (empowerment) e da disseminação dos produtos testados e aperfeiçoados no âmbito da parceria.

A MANIFesta Peniche'09 constituiu um palco profícuo de uma multiplicidade de expressões e experiências partilhadas, através de um vasto programa com diferentes tipos de actividades a decorrer em simultâneo, como forma de garantir a diversidade necessária à coerência do todo, do universo do desenvolvimento local sustentável e suas intrínsecas relações com a economia solidária. Os seminários, conferências e debates marcaram uma forte presença na agenda do fim-de-semana, contando com a participação de oradores nacionais e internacionais reconhecidos pelo êxito em estudos e acções desenvolvidos em questões de desenvolvimento. No entanto, a componente prática não foi descurada, sobretudo através da realização de oficinas interactivas que permitiram o conhecimento real de vários projectos implementados - os seus sucessos, os seus fracassos, os maiores obstáculos observados e as possibilidades de adaptação desses projectos noutros territórios com dificuldades similares, de acordo com a filosofia EQUAL.

A par do programa de trabalhos, houve ainda espaço para a cultura e para o lazer. Música, Teatro, Feira do Livro, mostras de produtos locais, passeios recreativos ou tão somente o convívio nas barraquinhas de comes e bebes permitiram aligeirar a intensidade produtiva na apreensão de novas realidades e soluções para a valorização das comunidades locais. ■



A FORMAÇÃO COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL HUMANO

A ADRACES é uma entidade formadora acreditada pela DGERT - Direcção Geral do Emprego e Relações de Trabalho e possui já uma experiência consolidada na actividade formativa através da concepção de Planos Formativos diversificados e para públicos-alvo diversificados. A oferta formativa preconizada pela ADRACES está orientada, sobretudo, para dois modelos de formação, os quais estão directamente associados a públicos e objectivos diferenciados. Por um lado, a formação de longa duração, formação profissionalizante orientada para a integração no mercado de trabalho de jovens à procura do primeiro emprego; e, por outro lado, a formação de curta duração de carácter mais ocupacional e/ou integração no mercado de trabalho relacionada com áreas do domínio social e ofícios tradicionais, destinada a um público de idade mais avançada, em particular mulheres e desempregados de longa duração.

Os projectos desenvolvidos dão prioridade aos jovens e às mulheres, sendo o principal benefício a confiança depositada nos habitantes dos meios rurais e na sua potencial capacidade para identificar o que se adequa melhor ao seu ambiente, cultura, tradições de trabalho e competências.

A prossecução da implementação de acções de formação assume-se como uma forma de intervenção focalizada para o desaparecimento, ou pelo menos suavização, de diferentes deficiências a nível territorial, económico e sobretudo social, tais como:

- Superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, consagrando o nível secundário como referencial mínimo de qualificação, para todos;
- Promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo, alinhados com a prioridade de transformação do modelo produtivo português assente no reforço das actividades de maior valor acrescentado;
- Estimular a criação e a qualidade do emprego, destacando a promoção do empreendedorismo e os mecanismos de apoio à transição para a vida activa;
- Promover a igualdade de oportunidades, através do desenvolvimento de estratégias integradas e de base territorial para a inserção social de pessoas vulneráveis a trajectórias de exclusão social. Esta prioridade integra a igualdade de género como factor de coesão social.

Actualmente, as acções de formação desenvolvidas pela ADRACES têm enquadramento no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), nomeadamente no Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

POPH Acções de formação da ADRACES (como entidade promotora e formadora)

No âmbito das formações modulares certificadas, a ADRACES identificou como prioritária a qualificação dos recursos humanos nas áreas de turismo e lazer, artesanato, hotelaria e restauração e marketing e publicidade.

Tipologia - Formações Modulares Certificadas

Acções desenvolvidas:

| Área de formação | Unidades de Formação de Curta Duração | Horas | Nível | Local | Participantes | Datas |
|-------------------------|--|-------|-------|---------------------|---------------|---------------------|
| Hotelaria e Restauração | Higiene e Segurança Alimentar | 25 | 2 | Vila Velha de Ródão | 11 | 27/11/08 a 07/01/09 |
| | Sistema de HACCP | 25 | 2 | Vila Velha de Ródão | 11 | 08/01/09 a 30/04/09 |
| | Nutrição e Dietética | 25 | 2 | Vila Velha de Ródão | 11 | 05/02/09 a 05/03/09 |
| | Organização e Gestão da Cozinha | 50 | 2 | Vila Velha de Ródão | 12 | 10/03/09 a 30/04/09 |
| | Confecção de Entradas e Acepipes Regionais | 25 | 2 | Vila Velha de Ródão | 16 | 05/05/09 a 20/05/09 |
| Marketing e Publicidade | Aplicações informáticas | 25 | 3 | Zebreira | 12 | 07/05/09 a 04/06/09 |
| | | 25 | 3 | Penamacor | 11 | 11/05/09 a 28/05/09 |
| | | 25 | 3 | Freixial do Campo | 11 | 19/05/09 a 04/06/09 |
| | | 25 | 3 | Freixial do Campo | 10 | 09/06/09 a 30/06/09 |
| Turismo e Lazer | Maneio | 25 | 3 | Ladoeiro | | 19/06/09 a 01/07/09 |



Outras Formações Modulares Certificadas previstas:

- Arranjos Florais e Adornos para Datas Festivas
- Técnicas Simples de Pintura Cerâmica
- Valorização em Empreendedorismo Rural
- Planeamento, Implementação de Actividades Promocionais, de Marketing e Vendas para Exposições e Feiras
- Projectos de Organização de Eventos - Planeamento e Gestão
- Técnicas de Socorrismo
- Língua Estrangeira - Informações acerca da Vida Quotidiana, Compras e Serviços e Locais de Interesse Turístico
- Animação Desportiva
- Técnicas de Execução de Patchwork / Trapologia ■

RISCO - NOVA FERRAMENTA DE TRABALHO PARA ARTESÃOS(ÃS) CORRA O RISCO E ADOPTE-O COMO SEU

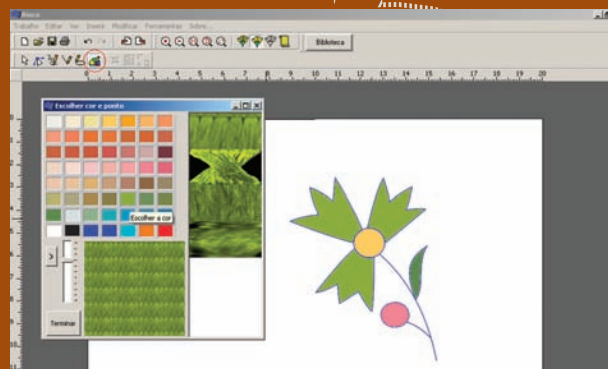
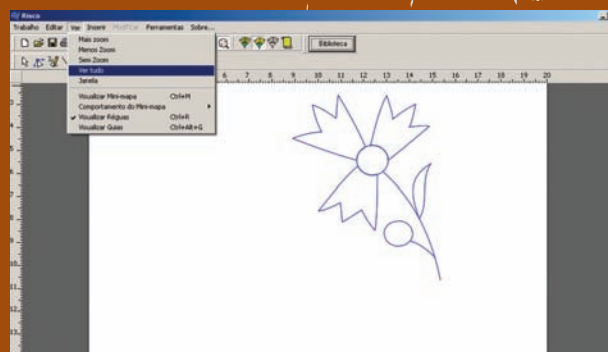
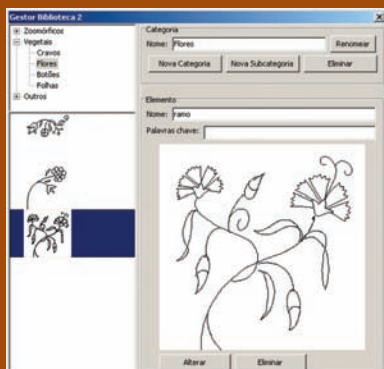


Já está disponível o Software RISCO. É uma aplicação informática de organização e gestão da actividade artesanal que permite ainda interagir com o consumidor, facilitando as componentes de comercialização e marketing dos produtos artesanais. Incide especialmente na componente técnica do desenho, a partir da manipulação de elementos previamente colocados em bibliotecas ou através da execução de desenho livre.

Esta plataforma digital acarreta um leque de mais-valias para o artesão e para a actividade artesanal, entre as quais destacamos:

- Novos hábitos de trabalho e melhoria das condições de laboração;
- Modernização da actividade tradicional através da minimização dos tempos de execução e maximização da competitividade sem desvirtuar a tradição, permitindo ainda reproduzir, recriar e inovar;
- Personalização do produto ao consumidor através da inter-acção entre este e o artesão, podendo o consumidor intervir directamente no processo criativo;
- Captação de novos públicos em geral e jovem em particular, para as actividades tradicionais, pela atractividade que as Novas Tecnologias conferem aos sectores tradicionais, bem como pela possibilidade de inovar que a ferramenta oferece;
- Criação de comunidades virtuais de artesãos, para troca de experiências e práticas de trabalho.

O software RISCO destina-se a ser utilizado por artesãos e entidades/organizações suas representantes, Associações de Desenvolvimento Local e Regional, Entidades Formadoras, Formadores, Escolas e Alunos de Artes. Pode ser adquirido, conjuntamente com o manual de utilização, em versão digital através do site www.bordadodecastelobranco.eu ou em CD por solicitação à ADRACES – adraces@adraces.pt.



UM LIVRO ABERTO, ESCRITO EM GREGO



Domingos Santos

Se é verdade que o desenvolvimento rural transcende, em muito, o âmbito da PAC e, nessa perspectiva, o sector agro-florestal é apenas uma das componentes do desenvolvimento dos territórios rurais, o que é certo é que há ainda muita inércia por romper e superar na refuncionalização económica destes espaços. Só muito tardiamente foram corrigidas as acentuadas contradições entre o discurso oficial comunitário e a prática, uma vez que as medidas destinadas ao desenvolvimento das zonas rurais se pautaram por um excessivo enfoque na agricultura e nos agricultores. Só recentemente foram reconhecidas as limitações de políticas meramente sectoriais, privilegiando-se, actualmente, políticas que favoreçam as visões territorializadas nas intervenções em áreas rurais, de que a iniciativa comunitária LEADER é o melhor exemplo.

Maria Bethânia costuma dizer, acerca do seu irmão, o também músico Caetano Veloso: “Ele é um livro aberto, mas escrito em grego!”. De alguma forma, em matéria de impacto dos fundos estruturais no mundo rural, podemos afirmar o mesmo que a conhecida cantora brasileira referiu a propósito da personalidade do seu irmão. De facto, é extremamente difícil perceber o que é que é exactamente reflexo das políticas comunitárias, isolando esses efeitos das resultantes das políticas de âmbito nacional e das intervenções do poder local.

Em muitos casos, percebe-se que se iniciaram novas dinâmicas de desenvolvimento que, todavia, na maioria das vezes, não foram suficientes para promover novos patamares de competitividade nas zonas rurais. A modernização da economia e do mundo rural está a processar-se muito gradualmente.



Embora se tenha tentado dar uma maior atenção aos recursos locais, penso que, de um modo geral, se estreitou a aposta na base material de produção de riqueza, com instrumentos ainda excessivamente centrados na actividade agro-industrial, não atendendo à necessária complementaridade com os outros sectores e com a economia urbana. Esta foi, e continua a ser, a melhor via para se estrangular o desenvolvimento rural. Ter-se-á, porventura, apostado mais na manutenção das actividades das populações em detrimento de uma maior aposta na competitividade, com isso criando, também, uma dependência viciante e anestesiante em relação aos fundos públicos. Se se conseguiram ganhos efectivos na implicação dos actores e das instituições, fomentando novas parcerias e redes de colaboração a nível local, ficou-se, todavia, aquém do expectável em matéria de integração dos sectores de actividade numa lógica de inovação e de diferenciação. Os vazios do mercado não foram colmatados com a acção interventora e correctora do Estado.

Face à inexistência de temas federadores das intervenções na maioria dos territórios rurais, assistiu-se a uma desmultiplicação e dispersão de projectos que não se traduziram em valor acrescentado localmente, nem geraram efeitos multiplicadores. Esse é um esforço que terá de ser feito, apostando em critérios de maior selectividade dos projectos, definidos em torno de eixos estratégicos de intervenção. Menos, mas de maior qualidade e com maior impacto no desenvolvimento rural.

O desenvolvimento rural sofreu, e continua a sofrer, de intervenções públicas não raras vezes conflituantes: o que se dá com uma mão retira-se com a outra. Os territórios rurais não estão imunes a este jogo dicotómico e ambíguo que deixa perceber que uma parcela significativa das consequências mais estruturantes sobre o mundo rural decorre de efeitos colaterais e indirectos de medidas de política orientadas para outros territórios (como as políticas urbanas) e sectores (como a política industrial). O reposicionamento do mundo rural permaneceu, predominantemente, nas mãos dos interesses urbanos – essa é, verdadeiramente, a pedra de toque do desenvolvimento destes territórios periféricos de baixa densidade.

Creio, finalmente, que para muitos dos programas que incidiram sobre o mundo rural, se criaram expectativas infundadas de resultados a curto prazo. Ora, muitos desses instrumentos de política foram, na sua duração, demasiado curtos para que se possam registar efeitos palpáveis estruturantes que só se poderão verificar, as mais das vezes, a médio e longo prazo. Convém fazer a clara distinção entre o tempo de vigência de um programa ou plano e o tempo de germinação, crescimento e amadurecimento das medidas directa ou indirectamente geradas pelas intervenções e o seu impacto progressivo nos meios rurais. Em larga medida, este ainda foi tempo de sementeira... ■





A CRISE QUE VEM DE LONGE...

Camilo Mortágua

“DE CONCENTRAÇÃO EM CONCENTRAÇÃO ATÉ À «EVAPORAÇÃO»!”

Em voo supersónico, sobrevoemos o passado para tentar melhor perceber o presente. A traços muito largos e breves, simples pinceladas imprecisas a pretender sugerir compreensão de ideias fortes que do passado se encadeia no presente e que nos podem servir de ponto de partida para melhor identificar o que de bom devemos conservar e o que de mau se deve rejeitar.

Compreensão necessária, sob pena de não sermos capazes de sobreviver, como civilização, aos efeitos maléficos dos irreflectidos comportamentos de quem nos precedeu neste planeta.

Hoje, como no tempo do velho Adamastor em que fomos capazes de “dar novos mundos ao mundo”, necessitamos navegar para o desconhecido, recolhendo todas as informações e indícios que nos possam orientar o rumo. Naveguemos pelas nossas utopias, ousemos “passar além de Taprobana” por ideias ainda nunca “navegadas”.

A concentração da propriedade rural europeia e colonial nas mãos de poucos mas grandes “senhores das terras” ocasionou a concentração do “capital agrário” acumulado também à custa da exploração e da quase escravatura de multidões de trabalhadores sem terra, espalhadas por diversos países e continentes.

Os detentores “desse capital agrário assim acumulado” tiveram necessidade de encontrar novas oportunidades de aplicação para esses capitais, de forma a aumentar a sua rentabilidade. Socorreram-se já então dos avanços tecnológicos da época e partiram para a chamada revolução industrial.

Para viabilizar a sua “revolução”, os antigos “senhores da terra” aliaram-se aos engenheiros seus filhos, que entretanto tinham mandado para as universidades, e transformaram-se em “Capitães da Indústria”. Mas, faltavam-lhes duas coisas essenciais: manter o poder político absoluto que já tinham tido como “senhores das Terras” e encontrar consumidores para os produtos que entretanto passaram a fabricar.

A concentração massiva de antigos trabalhadores rurais nas suas indústrias ofereceu-lhes a solução para esses seus problemas:

- 1- Como eram pessoas de há muito habituadas ao trabalho mal pago e sem capacidades reivindicativas, nem organizativas, constituíam mão-de-obra dócil e barata (até à formação dos sindicatos).
- 2- A deslocação maciça dos rurais para os novos espaços industriais na periferia das cidades dava aos donos das fábricas a oportunidade de ganhar o poder político, mercê das relações de dependência criadas com os seus operários votantes, no contexto da promissora democratização da sociedade.
- 3- Conquistado o poder político, trataram de fazer leis que garantissem ao seu operariado industrial mal pago o suficiente poder de compra para poderem adquirir aquilo que fabricavam. Para isso, tiveram de diminuir o custo dos produtos alimentares, obrigando aqueles que tinham optado por permanecer nos campos e as populações dos “países agrários”, ditos subdesenvolvidos, a trabalharem a perda, obrigando-os a abandonar os campos, ou condenando-os à miséria.

Tiveram o êxito que se sabe. Esse êxito permitiu-lhes a terceira grande concentração de capital. De Capitães da Indústria passaram a banqueiros, a “senhores das finanças”.

Para mais uma vez acelerar o rendimento dos capitais acumulados, lançaram-se no negócio de emprestar aos pobres o que os pobres lhes tinham dado com o seu trabalho, ou aos ricos, os meios de se “modernizarem” para automatizar os processos produtivos, para produzirem mais e mais barato, recorrendo a menos mão-de-obra e mais equipamentos... Era o Progresso!

Mas... como para cada nova actividade existem períodos de expansão e de estagnação, o mesmo não acontecendo com a ambição dos detentores do capital concentrado, estes, face aos novos avanços tecnológicos, entenderam que era tempo de iniciar um novo processo de concentração e rentabilização das enormes riquezas acumuladas pelas concentrações precedentes.

Desta vez, uma acumulação verdadeiramente ilimitada! Já não um simples processo de concentração do acumulado, mas um processo de desmaterialização do capital! Um processo de desmaterialização, guardando eles o reagente secreto “virtual” para o fazer aparecer ou desaparecer, segundo a sua suprema vontade.

Deixaria de haver “donos do dinheiro sujeitos a controle fiscal” para passarem a ser os donos do PODER de fazer dinheiro. Não haveria mais necessidade de produzir ou comercializar para ir acumulando; o dinheiro reproduzia-se e multiplicava-se a ele próprio, a riqueza seria ilimitada, a imaginação seria o limite.

Claro que, ao longo dos tempos, o protagonismo destas concentrações nem sempre pertenceu às mesmas famílias. As vicissitudes da paz e da guerra entre os homens ocasionou algumas poucas alterações nos encadeamentos sucessórios dos detentores da riqueza, mas, no essencial, pouco importa o nome da pessoa, ou das pessoas. Os seus pensamentos e actos, em defesa dos seus interesses adquiridos por nascimento, é que determinam objectivamente a sua posição social e a sua natural ambição de riqueza.

Ambição que os incitou a tanto manipular a alquimia da auto-multiplicação dos capitais (pensando imitar a multiplicação dos pães) que, bêbados de poder e ambição, perderam o tino, escapou-se-lhes o controle do processo e, de concentração em concentração, de refinação em refinação, deu-se a “misteriosa evaporação” dos capitais que agora se dizem em parte incerta.

Aprendizes de feiticeiros não se deram conta que multiplicar dinheiro não é a mesma coisa que multiplicar pães; que os estômagos dos humanos, apesar de todas as novas tecnologias, ainda precisam de pão e de alguma coisa mais material que a Internet e menos dura que o Magalhães para alimentar os corpos e que, sem isso, famintos, somos capazes de virar bichos. Bichos naturais, a querer voltar para os imensos espaços rurais à procura do pão e do trabalho que não se encontra no asfalto das suas grandes avenidas.

NOVAS UTOPIAS PARA RESOLVER VELHOS PROBLEMAS?

1. Por uma nova segurança social

Aprendizes de feiticeiros, ainda não nos demos conta que as máquinas que o Homem inventa devem servir para beneficiar as pessoas e não para as fazer sofrer, retirando-lhes o emprego e a segurança social!

Ainda não nos demos conta que a máquina, produto da inteligência do homem, se o substituiu no trabalho, deve substituí-lo igualmente na tributação para a segurança social... o homem não deve ser despedido pela máquina que a sua inteligência inventou! Não pode ser aniquilado pela sua

própria inteligência... aceitar esta lógica desumana é aceitar dogmática e passivamente a ideia da justeza da eternidade da nossa pena em consequência da tal trincadela na maçã!

A inteligência do Homem deve poder libertá-lo de ter que viver “do suor do seu rosto”, condenando-o ao trabalho repetitivo ou à fome. Criar harmonia entre todos os seres, beleza e amor deve ser o grande destino da Humanidade. A Humanidade, ao longo destes milénios, já fez muito; agora é tempo de reflectir sobre o que foi feito e para quê...

Um empresário, ao contratar um técnico, não pode comprar uma arma inteligente de criação da própria riqueza à custa da pobreza dos outros.

É preciso ousar pensar que a inteligência dos homens não tem de ser necessariamente o instrumento do seu castigo e da destruição da sua civilização. Mesmo que essa nova forma de dar segurança social reduza a aceleração de uma outra qualquer mega **CONCENTRAÇÃO DE PODERES E DE CAPITAIS**, é necessário e urgente dessacralizar as certezas adquiridas e tentar inventar novas formas de tornar a Humanidade mais feliz, porque menos sacrificada às imutáveis leis da acumulação restrita de recursos e poderes.

2. Por um novo equilíbrio social, económico e político entre os sectores da actividade humana

Quando o sector primário dominava a economia, pertencia-lhe igualmente o domínio do poder político. Quando a preponderância económica passou para a indústria, o poder político passou para o sector secundário. E quando a terciarização das actividades humanas se tornou por sua vez dominante, foram os malabaristas do virtual que alcançaram o poder de ditar as leis.

Em cada período, o poder político estabelece e privilegia políticas favoráveis ao sector de que é imanente.

A ideia que nos têm repetido à exaustão, de que quanto mais baixa for a percentagem

de pessoas a trabalhar no sector primário mais desenvolvido é o País, é uma falácia... uma afirmação manipuladora e enganosa. É apenas a consequência da perda do poder político pelos interesses ligados ao sector primário.

Veja-se a propósito o que aconteceu e está acontecendo aos países que mais acreditaram e puseram em prática essa teoria – Estados Unidos e Alemanha, os países onde a crise se iniciou e as contradições entre os sectores são mais evidentes.

Ao contrário do que nos têm dito, uma sociedade não pode progredir e evoluir em Paz, sem que o sector primário da sua economia tenha peso e poder idênticos aos dos outros sectores.

As utopias também se transformam e concretizam, sem deixarem de o ser.

Procurar afincadamente esse equilíbrio, afastando de vez todos os enormes obstáculos que se lhe opõem, parece-nos o caminho mais seguro para acabar com os grandes males da sociedade contemporânea, como são:

- A violência e a miséria provocadas pela hiper-concentração humana em volta das grandes metrópoles.
- O despovoamento de imensos espaços rurais deixados sem produzir e ao abandono de cuidados ambientais.
- O desemprego e a fome para um número cada vez maior de pessoas.

O que está por resolver não são as consequências desta mais ou menos passageira crise, conforme as conveniências dos economistas que a comentam... O que está por resolver é algo muito mais importante e decisivo para o futuro de todos nós... O que está por resolver é a forma de acabar com as causas do desemprego, da exclusão social, da miséria geradora da violência e da perda da Paz e da Liberdade.

A procura das soluções não pode ser apenas responsabilidade de alguns bem ou mal eleitos, tem de ser responsabilidade de todos nós; também, porque não, dos novos “Amatos Lusitanos” da BIS. ■



COMER BEM... EM SOSSEGO

RESTAURANTE

SRA. DA GRAÇA

Jaime Novais



Aquele que já foi um lugar de referência para quem queria comer bem em Idanha-a-Nova, parece ter passado à categoria de coisa ultrapassada! De tradição para recordar, mas não para frequentar.

São modas... dirão uns. É o progresso dirão outros. Porque será ao certo, não se sabe. Com certeza que não é pela falta de qualidade do que ali se come, nem de profissionalismo do seu serviço, nem pelos preços praticados ou pela ampla e calma sala de jantar. Então porque será? Há quem diga que a diminuição da sua clientela está relacionada com uma certa degradação do parque de campismo vizinho, outros pensam que a situação deve-se à abertura de um número exagerado de restaurantes com propostas mais “modernas” mais ao gosto de agora!

Também se menciona entre as causas, um certo abandono dos “poderes públicos e privados locais”.

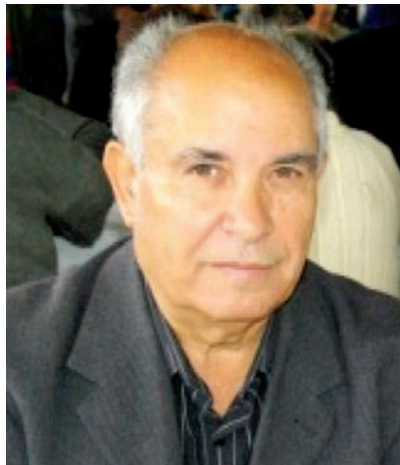
Seja como for, queremos aqui manifestar o nosso apreço pela qualidade dos serviços prestados actualmente pelo Restaurante Senhora da Graça e apelar para que os “poderes” e população de Idanha-a-Nova façam o possível por evitar o desaparecimento deste estabelecimento que sabe manter e actualizar tão gostosas tradições gastronómicas da Idanha e da Raia Beiroa, entre as quais destacamos:

- o inigualável seventre de porco
- as sazonais provas do chouriço
- as febras de alguidar
- as migas de espargos à moda da Idanha

Tudo servido num ambiente que permite conversar calmamente à mesa, sem ensurdecedores ruídos e com atenta mas discreta atenção para os desejos dos seus frequentadores. ■

RIO ERGES EM SALVATERRA DO EXTREMO

QUEM SOU EU!



Emílio Magro Martins

[Salvaterra do Extremo]

Eu sou, desde o início do mundo
Aquele, que sempre viveu, bem profundo
Me deleitando e murmurando
E como fonte de vida vos dando
O cheiro das plantas e das flores,
Até inspiro sonhos, que servem os clamores
Nem dissabores me causam, os caminhos sinuosos
E quando neles me estendo, me olham silenciosos
No mundo com eles, fui dos primeiros
A girar, com os astros altaneiros
A me instalar, e fazer morada bem assente
Porque antes da vida, já estava presente
Vivi uma eternidade, e nome não tinha
Do centro da terra, tudo me vinha
Das suas entranhas, saía o fogo, e me incendiava
Fossilizando a vida, que comigo se banhava

Mas sempre resisti, e assim me adaptei
No mundo onde nasci, e me prolonguei
Eu fui também contenda de combates
Que a vida permitiu em desacates
Eu delimiti, povos que se forjaram
E dissolvi deles, o sangue que derramaram
Eu refresquei, e gelei rostos moribundos
Coloridos de sangue em golpes profundos

De flechas lançadas e destemidas
Semeando terror, e tirando vidas
Eu sou um marco do povo Lusitano
E um braço daquele que me liga ao oceano
Do primeiro nome, passei ao segundo
E com este, muitas vezes me pergunto
Porque fiz viver e comigo sofrer?
Eu tudo permiti, e sempre deixei fazer
Comigo, nada era proibido
Quando me zangava, de muito ter bebido
Da chuva que o firmamento me lançava,
Em altos pensamentos, me imaginava
Me alongando, e não respeitando margens
E me dizendo: a estes povos farei paragens...
Mas nem assim me respeitavam
Desafiando a morte, e me atravessavam
Mas, quantos aventureiros foram levados
Aos trambolhões, pelos rochedos amedrontados
Que através das eras, fui cinzelando
Com as minhas doces águas, banhando
Desde o princípio dos séculos em sentinelas
E até “Salto da cabra” foi nome delas
Houve, quem soubesse imaginar
Fixando nas margens para me trespassar
Monumentos, que mais tarde vão provar
E escrever a história de batalhas sem falar.
Eu fui testemunha ocular de outras eras
Faço parte da vida, e me deleito entre as serras
Eu vi deste mundo tirar, sofrer, rir e cantar
Correndo em ziguezague, me entoando pelo ar.
Eu nasci, após a aparição das estrelas
E desde então, não deixei de viver com elas;
Eu sou aquele ditoso, que dá vida e refresca
Tudo o que, nas minhas margens se manifesta,

Através de mim, alguns, deste mundo se afastaram
E mesmo, as fraticidas lanças perfuraram
Os corpos dos pelejantes, que se bateram
Defendendo a causa, do destino que tiveram.
Eu respeito os elementos, que me viram nascer
Pois desde o início, tudo me vão oferecer,
Me enviando o precioso líquido
Que do firmamento tem descido
Tenho semelhantes, que como eu, obedecem
Se ligando ao Tejo, e assim lhe oferecem
O que eles não poderiam absorver
Ao risco de ver, suas margens desaparecer
E para que, se assegure ao oceano
O prosseguimento da vida sem engano,

Eu sou aquele, que suporta tempestades
Calor e frio, ao longo das idades
E continuo a oferecer sem me cansar,
A todos os que aqui se vêm repousar
E banhar, com a minha singela doçura
Até à eternidade, e enquanto o mundo perdura,
Eu sou o Rio Erges, porque o Elgas se apagou,
Eu vivo correndo, e não esqueço o que se passou,
Também mostro reflexo do azul do Céu
Através da luz que o Sol, ao mundo deu,
Do Céu, a suavidade me adoça e acalma
Mas a sua turbulência, me penetra na alma,
Eu sou atracção; e dou de beber às doces aves
Vivo com as suas vozes, agudas e graves
Eu fiz dos povos que me avizinham, uma história
Por vezes, enfrentando a morte, e ganhando glória
Houve destemidos, ambiciosos e iludidos
Com máquinas de guerra, matando os perseguidos,
Subjugavam tudo, e se julgavam valentes,
E eu; sempre observando, e serrando os dentes
Mas com o tempo, todos se vão, e eu prevaleço,
Vivo no meu mundo, e não adormeço
Ainda há pouco, eu fui suplício
De alguns; que se aventuraram com sacrifício
Para sustento, não lhes faltar
Contrabando; para outro lado iam passar.
Da raça gótico-romana, a história se selou
Com a rudeza da sua força, também Lusitano sou,
Para a vida salvaguardar, ainda vou continuar
Neste mundo, onde milénios irei ficar.
Enquanto no espaço girar, e não me perder
No começo das idades, assim era de prever
Quando o Sol se consumir, o meu fim chegará
E então a história; com ou sem razão se afundará
Assim a todos pergunto; de quem é a humildade?
Tratem-me bem, e não me façam sujidade! ■

ESTÓRIAS DO REI WAMBA

Abel Cuncas

Contam as velhas Cuncas da família que, certo dia, o aguerrido Rei Wamba, sentindo ameaçada a sua imagem de sabedor da ciência das pedras, decidiu dar uma lição aos seus detractores organizando um torneio para ver quem seria o mais ágil a fugir das pedradas. Atraiu os contrários para a garganta das Portas do Ródão e do alto das muralhas do seu Castelo desafiou os adversários, gritando-lhes:

– Avançai se tendes coragem, eu nada vos farei, sereis aniquilados pelas pedradas anónimas do meu povo.

Dito isto, mandou soltar as cordas que seguravam as pedras anónimas, que tantas eram que os adversários fugiram espavoridos para além das fronteiras das terras do Rei Wamba, dizendo que os anónimos do Rei Wamba constituíam um exército invencível.

Desde então, ninguém mais ousou duvidar da sabedoria de tal Rei tão amado por tantos anónimos!

No nosso isolamento húmido, rolando de poça em poça pelos córregos da BIS, deixamos passar o tempo e as águas em conversas sem fim. Memórias em nós gravadas são memórias de pedra, nunca desaparecem!

As memórias e feitos do antigo senhor destas terras, que tanto ainda inspiram os reizinhos contemporâneos, são sempre motivo para escutar os nossos imortais.

Ocreza arriba, ali onde o ímpeto da sua corrente se espraia em mansidão pouco usual por estas paragens, reuniu-se há dias, o sábio comité regional dos anciãos da Cuncaria, para, à luz das antigas experiências do Rei Wamba, tentar perceber a evolução possível, para a fatal e inevitável sucessão dinástica do presente.

Como nos tempos do primeiro e Maior dos Wambas, conclui-se que a linhagem, apesar de todas as vicissitudes da história, tem-se mantido. Baixinhos mas de pés bem plantados no chão do reino, a exemplo das antiquíssimas práticas do Wamba primeiro, reina a unidade de objectivos e interesses, porque a filosofia Wamba continua a aplicar-se com rigor e responsabilidade.

Das conclusões do “cunca clave” saiu um relatório unânime, onde se afirma... que não existe perigo de instabilidade imediata, dado que a grande política WAMBA defensora da estabilidade sucessória está sendo correctamente aplicada, segundo os experimentados e eficazes princípios de:

- convidar para a mesa do Rei todos quantos, solapadamente ou não, sonhem com usurpar as suas iguarias.
- oferecer antes que nos roubem, esta a grande política do Saudoso e sempre imitado WAMBA, para nunca ser destronado!

Bem-haja, glória à sua memória!





NESTA EDIÇÃO DESTACA-SE:

CARTA DOS EUA 10

“O patriarca da família chora, é ele que vai ter de suportar a angústia e o drama de ter perdido tudo aquilo para que os seus antepassados tanto trabalharam. Embora o Joey tenha uma vacaria de fazer inveja em muitas partes do mundo, na Califórnia, ele já é demasiado pequeno e os custos de produção são o dobro do que ele recebe. É que o preço do leite está este ano ao preço de 1979!”

GRANDE TEMA 12

“Se, como é hábito dizer-se, “não adianta chorar o leite derramado”, o mais importante, aquilo que é decisivo para o futuro da BIS e dos outros espaços rurais de Portugal e da U.E., é dar a quem produz e trabalha, seja proprietário ou trabalhador por conta de outrem, condições para poder viver condignamente da sua actividade em paridade de rendimentos com as actividades dos outros sectores da actividade económica. Os empresários e trabalhadores do sector primário não desejam ser subsidiados... querem que se lhes pague pelo justo preço aquilo que produzem”.

“É preciso concentrar esforços, que gerem uma verdadeira mudança. Recursos humanos e financeiros. Com uma nova engenharia no apoio aos projectos, através da subvenção global; com maior participação e responsabilização dos agentes associativos na gestão e execução dos programas. E uma administração de missão em cada um desses projectos. Com objectivos, prazos e necessidade de resultados. Missão significa dedicação, mas também, eficiência e eficácia”.

“Uma espécie de realidade virtual tomou conta do nosso imaginário invadido de informação e opinião vinda de todo o mundo e acessível de múltiplas formas... e a proximidade ilusória desta rede globalizada de comunicação afastou-nos de nós e da terra que habitamos”.

AO SABOR DA PENA 43

“Aprendizes de feiticeiros não se deram conta que multiplicar dinheiro não é a mesma coisa que multiplicar pães; que os estômagos dos humanos, apesar de todas as novas tecnologias, ainda precisam de pão e alguma coisa mais material que a Internet e menos dura que o Magalhães para alimentar os corpos e que, sem isso, famintos, somos capazes de virar bichos. Bichos naturais, a querer voltar para os imensos espaços rurais à procura do pão e do trabalho que não se encontra no asfalto das suas grandes avenidas”.